

**Faculdade Pedro Leopoldo**  
**Mestrado Profissional em Administração**

**Saulo de Assis Vieira**

**ENFRENTAMENTO DA EVASÃO NO ENSINO MÉDIO: um estudo em escolas da  
rede pública estadual de Itabira-MG.**

**Pedro Leopoldo**  
**2023**

**Saulo de Assis Vieira**

**ENFRENTAMENTO DA EVASÃO NO ENSINO MÉDIO: um estudo em escolas da  
rede pública estadual de Itabira-MG**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão e Estratégia em Organizações.

Linha de pesquisa: Gestão em Organizações, Pessoas e Inovação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães.

**Pedro Leopoldo**  
**Fundação Pedro Leopoldo**  
**2023**

370.15 V657e Ensino	VIEIRA, Saulo de Assis Enfrentamento do abandono e da evasão no
	Médio: um estudo em Escolas da Rede Estadual de Itabira MG / Saulo de Assis Vieira. - Pedro Leopoldo: FPL, 2023.
	98 p.
	Dissertação Mestrado Profissional em Administração.
	Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL, Pedro Leopoldo, 2023.
	Orientadora: Profa. Dra. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães.
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Escolas Públicas.</li> <li>2. Ensino Médio.</li> <li>3. Evasão Escolar.</li> <li>4. Gestão da Permanência.</li> </ol> <p>I. GUIMARÃES, Eloísa Helena Rodrigues, orient. II. Título.</p>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luiza Diniz Ferreira – CRB6-1590**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Titulo da Dissertação: "ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E DA EVASÃO NO ENSINO MÉDIO: Um Estudo em Escolas da Rede Pública Estadual de Itabira-MG".

Nome do Aluno: **Saulo de Assis Vieira**

Dissertação de mestrado, modalidade Profissionalizante, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ELOISA HELENA RODRIGUES GUIMARAES  
Data: 13/01/2024 10:38:12-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Eloisa Helena Rodrigues Guimarães – Orientadora - FPL Educacional

REGINALDO DE JESUS  
CARVALHO LIMA:79219403668

Assinado de forma digital por REGINALDO DE JESUS CARVALHO LIMA:79219403668  
Dados: 2024.01.23 15:09:28 -03'00'

---

Prof. Dr. Reginaldo de Jesus Carvalho Lima - FPL Educacional

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** AUGUSTA ISABEL JUNQUEIRA FAGUNDES  
Data: 22/01/2024 15:00:47-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. A

---

des – Faculdade de Sabará

Pedro Leopoldo (MG), 27 de dezembro de 2023.

## **Agradecimentos**

Ao Senhor meu Deus, minha confiança, meu refúgio, minha fortaleza e fonte de toda sabedoria. Eu Te amo, meu Deus!

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup>. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães, por todo apoio, compreensão e carinho. Pelos conselhos para nunca desistir e mostrar que eu tenho a capacidade de vencer. Por sempre ser atenciosa e estar sempre presente no auxílio a este trabalho. Por sempre me atender nas dúvidas, mostrar os caminhos com as pesquisas, pelo apoio com materiais, comunicação e explicação. Muito obrigado, estará sempre presente em meu coração e a cada conquista...

À Fundação Pedro Leopoldo, por esta grande oportunidade e abrir as portas para conseguir várias realizações com essa formação como mestre em Administração Profissional.

A toda a minha família, meus pais, pela compreensão e por terem sido privados de momentos de minha companhia e atenção, mas sempre aprovando a decisão de cumprir esse objetivo traçado de cursar o mestrado. Por todo o apoio para cumprir meu estudo. Eu os amo, Osair e Darci.

Aos meus irmãos, que apoiam e sentem a maior felicidade com a realização dos meus sonhos. Estamos sempre felizes juntos. Eu amo vocês!

À família de Natália, pois me apoiam e acreditam em meus sonhos também.

À minha esposa, Natália, e meu filho, Paulo, pois estão presentes em cada momento e com um amor insaciável e incondicional. São razões para minhas conquistas e sinto-me feliz em fazê-los felizes. Eu amo muito você, meu bem, você me fez acreditar, apoiar e me faz sempre vencer. Você deu uma pedra preciosa, meu filho amado e querido, Paulo. Nossa família será sempre feliz e agora mais ainda com essa grande formação. Obrigado pela confiança, carinho e amor!

Agradeço e dedico também essa conquista a todos vocês citados. Sempre serei paciente, amigo, honesto, dedicado e atencioso com todos vocês. Esse Mestrado é uma vitória em minha vida... Agradecido, de coração...

## Resumo

**Objetivo:** o objetivo da pesquisa foi analisar de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar. **Relevância/originalidade:** a educação é um direito de todos e visa ao desenvolvimento de potencialidades, habilidades e competências do ser humano. Nesse contexto, o enfrentamento do abandono e da evasão do ensino médio é essencial para manter o vínculo escolar dos jovens, almejando seu desenvolvimento em todas as áreas. **Metodologia/abordagem:** foi realizada pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa em escolas da cidade de Itabira, utilizando a pesquisa documental e um questionário que foi respondido por 56 colaboradores de cinco escolas públicas estaduais daquela cidade que oferecem o ensino médio em diversas modalidades. **Principais resultados:** com base na pesquisa documental e nas respostas ao questionário semiestruturado direcionado aos professores, especialistas, coordenadores e pedagogos, confirmou-se que é alto o índice de abandono/evasão escolar nas escolas avaliadas, mas que o Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar elaborado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) tem dado bons resultados. **Contribuições teóricas/metodológicas:** como revelaram os dados da pesquisa, as escolas têm aderido ao plano, mas ainda falta implementar efetivamente as ações propostas que, na sua essência, são muito promissoras. Investimentos na infraestrutura e na formação docente, contratação de especialistas e valorização do trabalho pedagógico renderiam bons frutos na gestão da permanência nas escolas de ensino médio. **Contribuições sociais/gerenciais:** esta pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de ações que visem favorecer a gestão da permanência nas escolas públicas estaduais, a partir do Plano de Enfrentamento ao Abandono e Evasão Escolar do estado. **Aderência à linha de pesquisa:** este trabalho atende aos requisitos de um mestrado profissional, cujo objetivo é aproximar a academia do ambiente de negócios, com estudos aplicados. Está vinculado à linha de pesquisa Gestão em Organizações, Pessoas e Inovação, do Mestrado Profissional em Administração da Faculdade Pedro Leopoldo.

**Palavras-chave:** Escolas Públicas. Ensino Médio. Evasão Escolar. Gestão da permanência.

## Abstract

**Objective:** the objective of the research was to analyze how state public high schools in the city of Itabira manage students' permanence in the school environment.

**Relevance/originality:** education is a right for everyone and aims to develop human potential, skills, and competencies. In this context, tackling high school dropout and dropout rates is essential to maintaining young people's school ties, aiming for their development in all areas.

**Methodology/approach:** quantitative and qualitative research was carried out in schools in the city of Itabira, using documentary research and a questionnaire that was answered by 56 employees from five state public schools in that city that offer secondary education in different modalities.

**Main results:** based on documentary research and responses to the semi-structured questionnaire addressed to teachers, specialists, coordinators, and pedagogues, it was confirmed that the rate of school abandonment/evasion in the schools assessed is high, but that the Plan to Combat Abandonment and to School Evasion prepared by the State Department of Education of Minas Gerais (SEE-MG) has given good results.

**Theoretical/methodological contributions:** as the research data revealed, schools have adhered to the plan, but they still need to effectively implement the proposed actions, which, in essence, are very promising. Investments in infrastructure and teacher training, hiring specialists, and valuing pedagogical work would yield good results in managing retention in secondary schools.

**Social/managerial contributions:** this research can contribute to the development of actions aimed at favoring the management of retention in state public schools, based on the state's Plan to Combat Abandonment and School Evasion.

**Adherence to the line of research:** this work meets the requirements of a professional master's degree, whose objective is to bring academia closer to the business environment, with applied studies. It is linked to the Management in Organizations, People, and Innovation research line of the Professional Master's in Administration at Faculdade Pedro Leopoldo.

**Keywords:** Public Schools. High school. School Evasion. Stay management.



## Lista de Figuras

Figura 1	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.....	25
Figura 2	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).	26
Figura 3	Evasão escolar: causas e fatores importantes.....	39
Figura 4	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, 1992 a 2015.....	41
Figura 5	Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola em 2018.....	45
Figura 6	Fluxo da busca ativa.....	49
Figura 7	Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar da SEE-MG.....	70
Figura 8	Expectativa em relação ao sucesso do programa da SEE-MG ou de outros programas no controle do abandono e da evasão escolar.....	71
Figura 9	Variação no índice de abandono e evasão.....	73
Figura 10	Ações sugeridas pelo programa da SEE-MG realizadas pelas escolas.....	74
Figura 11	Fatores internos que favorecem a evasão escolar.....	75
Figura 12	Responsabilidade de minimizar a evasão.....	76
Figura 13	Relação entre a implantação do EM integral e o abandono e/ou a evasão escolar.....	77
Figura 14	Ações para combater o abandono e a evasão escolar.....	78
Figura 15	A pandemia e sua relação com abandono e a evasão nas escolas.....	79
Figura 16	Ações para minimizar os impactos da pandemia no contexto escolar.....	80
Figura 17	Ações para minimizar os impactos da pandemia nas escolas.....	81

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Responsabilidades da escola no enfrentamento ao abandono e à evasão escolar.....	50
Tabela 2	Dados das escolas selecionadas.....	56
Tabela 3	Síntese da metodologia de pesquisa.....	57
Tabela 4	Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2020.....	61
Tabela 5	Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2021.....	61
Tabela 6	Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2022.....	61
Tabela 7	Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2023.....	61
Tabela 8	Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2020.....	62
Tabela 9	Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2021.....	62
Tabela 10	Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2022.....	62
Tabela 11	Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2023.....	62
Tabela 12	Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2020.....	63
Tabela 13	Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2021.....	63
Tabela 14	Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2022.....	64
Tabela 15	Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2023.....	64
Tabela 16	Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2020.	64
Tabela 17	Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2021.	65
Tabela 18	Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2022.	65
Tabela 19	Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2023	65
Tabela 20	Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2020.....	66
Tabela 21	Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2021.....	66
Tabela 22	Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2022.....	66
Tabela 23	Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2023.....	66
Tabela 24	Escola em que os respondentes atuam.....	68
Tabela 25	Formação dos respondentes.....	68
Tabela 26	Cargo que ocupam.....	69
Tabela 27	Tempo no cargo.....	69

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABdC	Associação Brasileira de Currículo
Anfope	Associação Nacional pela formação dos profissionais em Educação
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Caps	Centros de Atendimento Psicossocial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
Covid-19	<i>Disease of coronavirus 19</i>
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CTPM	Colégio Tiradentes da Polícia Militar
Dcnem	Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio
DDD	Diário escolar digital
Eciel	Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina
EE	Escola Estadual
EJA	Educação de Jovens Adultos
EMTI	Ensino médio em tempo integral
Emtip	Ensino médio em tempo integral profissionalizante
Emza	Escola Mestre Zeca Amâncio
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
Ldben	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Acolhimento Educacional
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde

Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Planos estratégicos de permanência e êxito
Premem	Escola Estadual Trajano Procópio
Pronatec	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE-MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
Simade	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
SRE	Superintendência Escolar de Nova Era
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## Sumário<sup>1</sup>

1 Introdução .....	13
1.1 Problematização.....	14
1.2 Objetivos .....	16
1.2.1 <i>Objetivo geral</i> .....	16
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	16
1.3 Justificativas .....	17
1.4 Estrutura da dissertação.....	18
2 Referencial Teórico .....	19
2.1 Histórico da educação no Brasil .....	19
2.1.1 <i>O ensino médio no Brasil</i> .....	22
2.2 O novo ensino médio.....	28
2.3 Evasão escolar .....	35
2.3.1 <i>Evasão escolar no ensino médio</i> .....	40
2.3.2 <i>Evasão no ensino médio em Minas Gerais</i> .....	44
2.4 Gestão da permanência no ensino médio .....	46
2.4.1 <i>Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar nas instituições estaduais de ensino de Minas Gerais</i> .....	48
3 Metodologia .....	53
3.1 Caracterização da pesquisa .....	53
3.2 Procedimentos de coleta de dados .....	54
3.3 Unidade de análise e observação/população e amostra .....	55
3.4 Procedimento de análise de dados .....	56
4 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa .....	59
4.1 O cenário da pesquisa.....	59
4.1.1 <i>As escolas</i> .....	59

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi revisado de acordo com as novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009. E foi formatado de acordo com as Instruções para Formatação de Trabalhos Acadêmicos – Norma APA, 2023.

4.1.2 A pesquisa documental: caracterização das escolas. ....	60
4.2 Apresentação e discussão dos dados coletados por meio do questionário. ....	67
4.2.1 Caracterização dos respondentes – Bloco I. ....	67
4.2.2 Causas e enfrentamento do abandono e evasão no Ensino Médio - Bloco II. .	70
4.3 Discussão dos resultados da pesquisa. ....	82
5 Considerações Finais. ....	85
5.1 Contribuições gerenciais. ....	87
5.2 Limitações da pesquisa. ....	87
5.3 Sugestões para pesquisas futuras. ....	88
Referências .....	89
Apêndices.....	95

## 1 Introdução

No contexto da educação no Brasil, especialmente nas últimas décadas, Minas Gerais é um dos estados que mais se têm destacado, devido a profundas reformas em seu sistema de ensino. A base dessas reformas é a chamada Nova Gestão Pública (NGP), fortalecida no Brasil na década de 1990, surgindo “como mais uma alternativa ao processo evolutivo da organização do Estado, na busca da eficiência e da eficácia na aplicação regular dos serviços públicos” (Diniz, Dieng & Diniz, 2006, p. 3). A implantação desse modelo tinha como objetivo transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o setor público.

Assim, o objetivo da reforma gerencial de 1995, na visão de Bresser Pereira (2000), era tornar o aparelho do estado mais eficiente, mais forte, mais capaz de fazer valer a lei e mais democrático – e, portanto, mais bem controlado pela sociedade. Nessa lógica, “o gerencialismo defendia o tratamento dos serviços públicos como negócio e a inserção da lógica empresarial no setor público” (Ribeiro, Pereira, & Benedicto, 2013, p. 6). A adoção dessa lógica empresarial, sob o pretexto de promover mais justiça social, muitas vezes contraria os fins a que a escola pública se destina (Duarte, 2019).

Nesse cenário de mudanças, o ensino médio sofreu profundos impactos: o *novo ensino médio* é uma política governamental educacional brasileira instituída pela Lei Federal 13.415 de 2017, a partir da conversão da Medida Provisória 746 de 2016 em lei federal ordinária. As principais mudanças do novo ensino médio são o aumento da carga horária dos estudantes, a adoção de uma base comum curricular e a escolha dos itinerários formativos por parte do aluno. Esse novo modelo de ensino foi implantado a partir de 2022, apenas para alunos do 1º ano; em 2023, para turmas de 1º e 2º ano; e somente em 2024 vai abranger os três anos. No novo ensino médio, as disciplinas foram agrupadas em áreas do conhecimento, sendo elas: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; formação técnica e profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 destaca que a grade curricular não pode ultrapassar o limite de 1.800 horas ao longo dos três anos de ensino médio e o objetivo

da nova organização é integrar as disciplinas, fortalecendo as relações entre elas e melhorando seu entendimento e aplicação na vida real.

No entanto, mesmo estando ainda em fase inicial de implantação, o novo ensino médio já tem recebido inúmeras críticas. A LDB nº 9.394/96 já sofreu alterações com uma medida provisória (Lei 13.415 de 16.02.2017), sendo que essa origem autoritária já se torna crítica. Trata-se de uma reforma curricular com o objetivo de atender ao ensino médio, diminuir sua baixa qualidade e buscar a motivação dos alunos, presença e aprovação educacional. Essas justificativas tornam-se equivocadas, pois não analisam, não consideram a falta de estrutura nas escolas, salários baixos de professores, falta de plano de carreira e, sendo um período escolar integral, não considera que muitos dos alunos do ensino médio abandonam as escolas para trabalhar e contribuir com a renda familiar (Ferreti, 2018).

A partir de pesquisas desenvolvidas na área de política e administração educacional acerca da gênese e da organização do sistema de ensino público estadual e seus recentes processos de reestruturação, busca-se melhor compreensão das atuais reformas implementadas no sistema de ensino em Minas Gerais, especialmente no ensino médio. Este estudo busca oferecer subsídios para as análises das mudanças recentes, procurando perceber em que medida essas intervenções impactam na permanência ou evasão dos alunos das escolas estaduais.

### **1.1 Problematização**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, dispõe que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição Federal do Brasil, 1988, s.p.).

Mais adiante, a Lei 9.394/96 (LDB), em seu artigo 21, organiza a educação escolar nos seguintes níveis: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior. A educação básica exerce uma função que “se vincula à verdadeira função da escola, que é a transmissão, às novas



gerações, do saber produzido pela humanidade ao longo de sua história” (Melo & Leonardo, 2019, p. 6). Nos termos do artigo 32 da LDB, a Educação Básica terá duração de 12 anos, devendo ser gratuita na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade.

A última etapa da educação básica – o ensino médio – constitui-se no objeto de análise deste estudo. É nessa etapa que os conhecimentos obtidos nas etapas anteriores são aprofundados e quando o aluno deve ser incentivado a refletir sobre o seu futuro profissional, vislumbrando perspectivas para a sua vida após a conclusão da educação básica (Lima, Souza, & Pinheiro, 2020).

Em vista da importância dessa etapa de ensino, torna-se preocupante a alta taxa de evasão<sup>2</sup> observada no ensino médio, bem superior à taxa de evasão do ensino fundamental. Em 2018, dados Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelaram que quase metade das pessoas com idades entre 25 e 64 anos não havia concluído o ensino médio (47%). Esses dados são preocupantes, pois representam mais que o dobro da média dos países membros da OCDE, que é de 22% (OCDE, 2018). Mais recentemente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2022 apresentaram um cenário preocupante: de um total de 52 milhões de pessoas de 14 a 29 anos no país, em torno de 18% (9,5 milhões) não completaram o ensino médio - ou por terem abandonado a etapa antes do término ou por nunca terem frequentado a escola (IBGE, 2022).

Esses dados coincidem com o período da pandemia da *disease of coronavirus 19* (Covid-19) e as mudanças promovidas no ensino médio. Em Minas Gerais, dados da Secretaria de Educação sobre evasão mostram que, enquanto a taxa de evasão ficou em 2,3% no ensino fundamental, ela alcançou 11,3% no ensino médio - o último dado disponível divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre 2018 e 2019, antes da pandemia. Em 2020, cerca de 2,6% dos alunos matriculados no ensino médio das redes estaduais de ensino do país

---

<sup>2</sup> Considera-se evasão quando o estudante está matriculado em uma escola em determinado ano e, no ano seguinte, não retoma os estudos. Já o abandono ocorre quando o aluno, que estava matriculado em determinado ano, abandona a escola no período, mas, no ano seguinte, retorna aos estudos e se matricula em alguma rede.

abandonaram a escola. Em 2021, esse número mais que dobrou, chegando a 5,8%, um pouco acima da taxa de abandono de 2019 (5,5%). Em Minas Gerais, o índice de evasão no ensino médio, em 2021, chegou a 4% (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2021).

Dessa forma, diante dos impactos provocados pela evasão na gestão estratégica das Escolas Estaduais de Ensino Médio, e até mesmo no desenvolvimento do país, surgiu o interesse em desenvolver um estudo que permitisse responder à seguinte questão: de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira-MG gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar?

## **1.2 Objetivos**

A fim de responder a essa questão, foram definidos os seguintes objetivos:

### **1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

Para esclarecer a questão-problema do estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear o índice de evasão de alunos do ensino médio nas principais escolas públicas da cidade de Itabira.
- b) Descrever as estratégias adotadas para a permanência do estudante nas escolas públicas de Itabira.
- c) Relatar os resultados do Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar da Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG) em cinco escolas na cidade de Itabira-MG.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa em escolas da cidade de Itabira. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e aplicação de questionário aos especialistas e professores de cinco escolas, foco desta pesquisa. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise descritiva e qualitativa de conteúdo.

### **1.3 Justificativas**

A escolha da cidade de Itabira e região como lócus da pesquisa justifica-se por alguns motivos. Em primeiro lugar, a região passa por profundas transformações. Estudos documentam que, em no máximo 50 anos, as reservas de ferro encontradas em Itabira estarão esgotadas. Dessa forma, é necessário pensar em alternativas para a economia local, cuja base é a extração e exportação do minério de ferro. Uma das alternativas para enfrentar esse problema é investir na transformação da cidade em polo de formação de mão de obra para a área tecnológica, o que demanda a qualificação dos jovens, já a partir do ensino médio, para posterior criação de uma universidade voltada para esse segmento.

Em segundo lugar, encontram-se em Itabira duas grandes escolas públicas: a Escola Mestre Zeca Amâncio (Emza), com cerca de 1,3 mil estudantes e mais de 40 professores, e a Escola Estadual Trajano Procópio (Premem), com mais de 2 mil alunos.

A administração profissional mostra sua força para atuar em qualquer tipo de organização. Gerenciar a permanência dos estudantes no ambiente escolar é uma problematização que interfere em várias áreas, como questões sociais, de saúde, política, igualdade e desigualdade social.

Para a academia, a pesquisa é importante, pois busca discutir o problema da evasão em uma região específica do estado (cidade de Itabira-MG) onde está localizada a segunda maior escola pública de Minas Gerais.

A análise das causas da evasão em regiões com características específicas pode ajudar a ter uma visão de todo o cenário da educação no estado.

#### **1.4 Estrutura da dissertação**

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, esta introdução, apresentam-se a problematização, os objetivos – geral e específicos – e as justificativas da pesquisa.

No segundo capítulo, denominado Referencial Teórico, expõe-se o aporte teórico do estudo, abordando a educação pública em Minas Gerais; o panorama atual do ensino médio em Minas Gerais e, especialmente, na cidade de Itabira MG; os principais modelos teóricos e fatores sobre evasão em escolas públicas; a gestão da permanência dos estudantes nas escolas públicas de Itabira; os fatores de atratividade dos estudantes; o processo de socialização; as práticas que apoiam o estudante durante a sua jornada acadêmica; as pesquisas na área; e as contribuições do referencial para a pesquisa.

No terceiro capítulo descreve-se a metodologia adotada, indicando a caracterização da pesquisa, as unidades de análise e de observação, os procedimentos para a coleta de dados e a análise dos resultados.

No quarto capítulo relatam-se os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada e a discussão dos resultados. No quinto, tecem-se as considerações finais e gerenciais. Por fim, seguem-se as referências e os apêndices.

## **2 Referencial Teórico**

Neste capítulo são discutidos os principais conceitos que se constituem na plataforma de sustentação teórica desta pesquisa. Inicialmente, apresenta-se brevemente o cenário da educação no Brasil. Em seguida, discute-se sobre a organização e funções do ensino médio no país, percorrendo também sobre o percurso de organização desse grau de ensino e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos. Finalmente, o foco recai sobre o problema da evasão e sobre as estratégias para a retenção dos alunos nas escolas públicas.

### **2.1 Histórico da educação no Brasil**

A educação durante o Período Colonial, de 1500 a 1822, foi profundamente influenciada pelo projeto de colonização dos povos europeus, que chegavam em terras brasileiras com o desejo desmedido de expandir-se territorial e economicamente. Com a fundação da Companhia de Jesus em 1540, como forma de se contrapor ao avanço da Reforma Protestante, desenvolveu-se um trabalho educativo e missionário que se expandiu para o Brasil em 1549, com o objetivo de catequizar e instruir os índios para serem aproveitados como mão de obra. Assim, a educação na Colônia estava vinculada à política colonizadora dos portugueses (Ribeiro, 1986).

A influência dos jesuítas estendeu-se por um bom período da história do Brasil colônia, pois eles “responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos” (Piletti, 1991, p. 34). Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, a estrutura da educação em Portugal e em suas colônias foi alterada com a implantação das reformas propostas pelo Marquês de Pombal, pelo Alvará Régio de 28 de junho de 1759. A partir de então, foram criadas escolas de ensino secundário e primário, sendo necessária a contratação de professores laicos e religiosos (Silva & Amorim, 2017).

Com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, e, mais tarde, após a independência, em 1822, pode ser observada uma pequena preocupação com a educação na Colônia. No entanto, é inegável o caráter classista da educação nesse

período, que colocava as classes mais pobres em segundo plano e os poderosos sempre com mais privilégios, pois o objetivo da educação era a formação das classes dirigentes. Dessa forma, em vez de procurar organizar um sistema nacional de ensino com todos os graus e modalidades, os poderosos preocupavam-se mais com o ensino superior (Piletti, 1991), pensamento semelhante já expresso por Romanelli (1978, p. 43):

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do Sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império.

Após a Revolução de 1930, destaca-se o entusiasmo pela educação e o país acordou para a necessidade desta para todos. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Conselho Nacional de Educação, nascendo a ideia de uma educação obrigatória, pública, sem custos, uma renovação em nossa cultura. Em 1932, foi lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, cujo ponto de partida era a defesa de uma escola totalmente pública, gratuita, mista, laica e obrigatória (Gomes, Rodrigues & Pita, 2022). O manifesto defendia também “o estabelecimento de uma relação intrínseca entre a escola, o trabalho e a vida, isto é, entre a teoria e a prática, em favor da reconstrução nacional”<sup>3</sup>.

A Carta de 1934 foi a primeira a dedicar espaço significativo à educação, com 17 artigos, 11 dos quais em capítulo específico sobre o tema (cap. II, arts. 148 a 158). Em linhas gerais, a Constituição de 1934:

Mantém a estrutura anterior do sistema educacional, cabendo à União “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º, XIX), “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, organizar e manter” os sistemas educativos dos territórios e manter o ensino secundário e superior no Distrito Federal (art. 150), assim como exercer “ação supletiva na obra educativa em todo o país” (art. 150, “d” e “e”) (Vieira, 2007, p. 296).

---

<sup>3</sup><http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>.

Com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, o país passou a ser governado a partir de decretos-leis, até a promulgação da nova Constituição, em 1937, inspirada na Constituição fascista da Polônia. Na nova Constituição, manteve-se um capítulo especial para a educação e a cultura (artigos 128 a 134); entretanto, a obrigação do Estado para com a educação diminuiu consideravelmente, desaparecendo a exigência de um plano nacional de educação e limitando a obrigação do poder público para com os que não tivessem recursos para se manterem em uma escola particular. Assim, privilegiava-se o ensino profissional destinado, segundo o artigo 129, “às classes menos favorecidas” (Palma Filho, 2005). Romanelli (1999, p. 153) preleciona que “aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva”.

Com o fim do Estado Novo, o país voltou ao regime democrático, mas a educação continuou a ser regida por decretos-leis até 1961, quando passou a vigorar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tinha as seguintes características:

Dá mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC [Ministério da Educação]; regulariza a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação; garante o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação; o ensino religioso é facultativo e há obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário, dentre outras normas (Chaves, 2021, p.1).

Durante o período ditatorial, iniciado com o Golpe Militar de 1964, multiplicaram-se as vagas no ensino superior particular. A Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, também chamada de Nova LDB, destaca dois eixos de grande importância: o aumento da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos e a inclusão do ensino profissionalizante no curso de nível médio ou 2º grau. A Lei Federal nº 7.044/82 tornou facultativa a profissionalização no ensino do segundo grau e restringiu a formação profissional às instituições especializadas (Piletti, 1991).

Finalmente, na Constituição de 1988, em seu artigo 205, o direito à Educação foi detalhado, o que representa um salto de qualidade em relação à legislação anterior, contando com mais precisão e detalhamento de suas funções e alcance: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Após a promulgação da Constituição Federal, iniciou-se o debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben), que veio a ser aprovada em 2 de dezembro de 1996. A Ldben, baseada nos princípios da Constituição de 1988, é a norma que define toda a organização da educação brasileira. Sua promulgação promoveu diversas mudanças, tais como a gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental público, a criação de creches públicas e a valorização do Magistério e de cursos profissionalizantes.

Concluindo, o breve histórico apresentado nesta seção evidencia que a educação é um processo que está sempre em transformação, influenciado pelo cenário social, político e econômico do país. Ao mesmo tempo, a educação é um importante instrumento transformador, uma vez que sua função primordial é permitir a renovação da sociedade, capacitando crianças e jovens a lidar com emoções, a se relacionar, interpretar informações, tomar decisões com senso crítico e, até mesmo, obter satisfação pessoal e profissional (Dias & Pinto, 2019).

Nesse cenário, o ensino médio assume importante papel no processo de desenvolvimento do país. É nessa etapa do processo da educação, considerando sua importância, que será apresentado breve histórico da trajetória do ensino médio no Brasil na próxima seção.

### ***2.1.1 O ensino médio no Brasil***

O ensino médio no Brasil surgiu sob a influência dos Jesuítas no século XVI, ainda no período colonial, e assim perdurou por três séculos, até à expulsão da ordem do Brasil, em 1759, devido a conflitos com a Coroa portuguesa. Enquanto esteve sob a orientação jesuítica, o ensino médio guiava-se pelo modelo religioso, era elitista e seletivo. Mesmo depois da expulsão da ordem do Brasil, o caráter do ensino se manteve o mesmo, pois se destinava especialmente à formação de uma minoria que tinha acesso ao ensino. Nesse período, não havia no país algum órgão responsável



exclusivamente pela educação, o que ocorreu apenas no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, por meio do Decreto nº 19.890. Em abril de 1942, foi instituído o Decreto/Lei n.4.244, criando a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que vigorou até 1971 (Queiroz, Alves, Silva, Silva & Modesto, 2009).

Finalmente, a Constituição Federal promulgada em 1988 afirma ser dever do Estado garantir o ensino médio obrigatório e gratuito para todos os concluintes das etapas anteriores da educação básica. Dessa forma, a Constituição buscava atender às necessidades urgentes da juventude brasileira, garantindo educação de qualidade que preparasse para o mercado de trabalho; facilitasse a convivência na sociedade, respeitando toda a sua diversidade; e aumentasse a capacidade competitiva do país no cenário internacional (Mesquita & Lelis, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Ldben, 1996, s.p.), em seu Artigo 35, estabelece como finalidades do ensino médio no Brasil:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

No entanto, o alcance desses objetivos mostra-se ainda distante devido a falhas no desenvolvimento do ensino médio relativas à falta de qualidade no ensino, com conseqüente má formação dos alunos; altas taxas de evasão dos jovens; falta de infraestrutura nas escolas; investimentos insuficientes em professores, que recebem baixos salários e não são adequadamente formados; problemas de gestão envolvendo políticas públicas (Krawczyk, 2009; 2011; Kuenzer, 2011).

Para atingir essas metas, foram criadas leis ou programas governamentais que buscam aumentar o número de matrículas, motivar os jovens a se prepararem para o mercado de trabalho e melhorar a qualidade de ensino. Nesse cenário, além da própria Ldben destacam-se o Decreto nº 5.154/04, que regulamenta o ensino médio

integral atrelado a cursos técnicos profissionais; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Pronatec)/2011, que garante investimentos em escolas privadas, financiamento de bolsas para jovens em cursos técnico-profissional; o Programa do Ensino Médio Inovador, que é a busca de melhor e mais interessante currículo para jovens; as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (Dcnem)/2012, com inovação e educação para vida; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Prova Brasil, programas de avaliação para adquirir bolsas, dando continuação aos estudos em faculdades (Mesquita & Lelis, 2015).

Por seu turno, Gramsci (2000) defende a importância do trabalho pedagógico desenvolvido no ensino médio ao afirmar que:

A última fase da escola unitária (ensino médio) deve ser concebida e organizada como fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático produtivo (indústria, burocracia, comércio, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida devem começar nesta última fase da escola (Gramsci, 2000, p. 39).

O autor também defende a valorização de uma visão filosófica do ensino médio, reconhecendo que essa é uma das fases mais importantes na vida do ser humano, em que ele amadurece; aprimora e busca mais conhecimentos; ganha autonomia; busca a interação e convívio social para, assim, posicionar-se e exercer o direito de participar de decisões. É nessa fase que o aluno se prepara para o trabalho e também para continuação dos seus estudos (Gramsci, 2000).

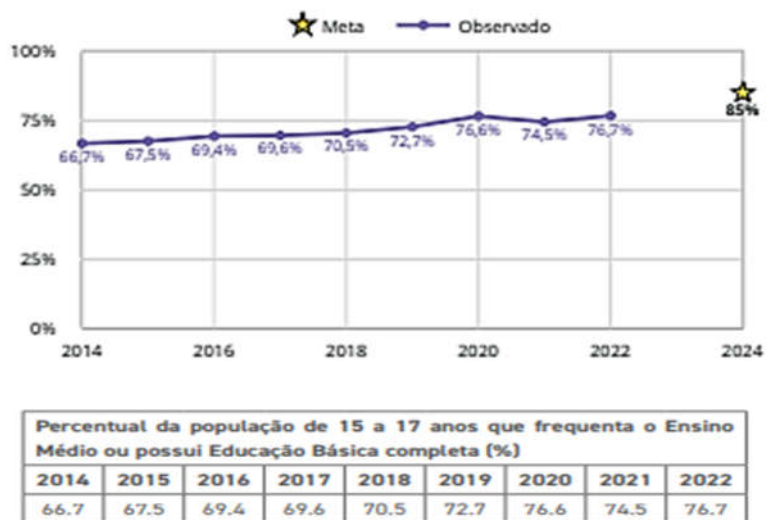
Essa visão filosófica do ensino médio também é compartilhada por Manacorda (2007), destacando o desenvolvimento da autonomia e da identidade pessoal. Uma busca do saber, mas usufruindo, produzindo e desfrutando, enfim, contribuindo para o bem-estar da sociedade:

Diante das experiências do mundo moderno, nós precisamos mirar o mais possível na preparação do aluno não somente para si mesmo, mas também para entrar na sociedade, se não com a capacidade de ser um produtor de cultura em todos os campos, pelo menos com a capacidade de desfrutar, isto é, de saber gozar de todas as contribuições da civilização humana, das artes, das técnicas, da literatura (Manacorda, 2007, p. 21).

Contudo, a despeito de o ensino no Brasil ser regido por um sistema de leis e diretrizes extremamente avançado, isso não se traduz em progressos na qualidade da formação; ao contrário: paralelamente ao aumento do número de matrículas, observa-se frequente desestruturação do ensino médio, sempre sujeito a alterações de cunho político, com propostas de “leis avançadas, mas que não possuem mecanismos que garantam sua aplicabilidade” (Queiroz *et al.*, 2009, p. 8).

Essa afirmativa pode ser exemplificada ao se analisarem as metas propostas para o ensino médio no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014. O PNE consiste em um conjunto de 20 metas para a educação no Brasil a serem cumpridas até 2024. No que se refere ao ensino médio, a Meta 3 propõe “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (PNE, 2014).

No entanto, dados do Balanço do Plano Nacional de Educação (2023) revelam retrocesso em relação não só a essa meta, como às demais propostas pelo PNE. Na Figura 1 pode-se constatar a comparação entre o cenário atual e a meta proposta para o ano de 2024.



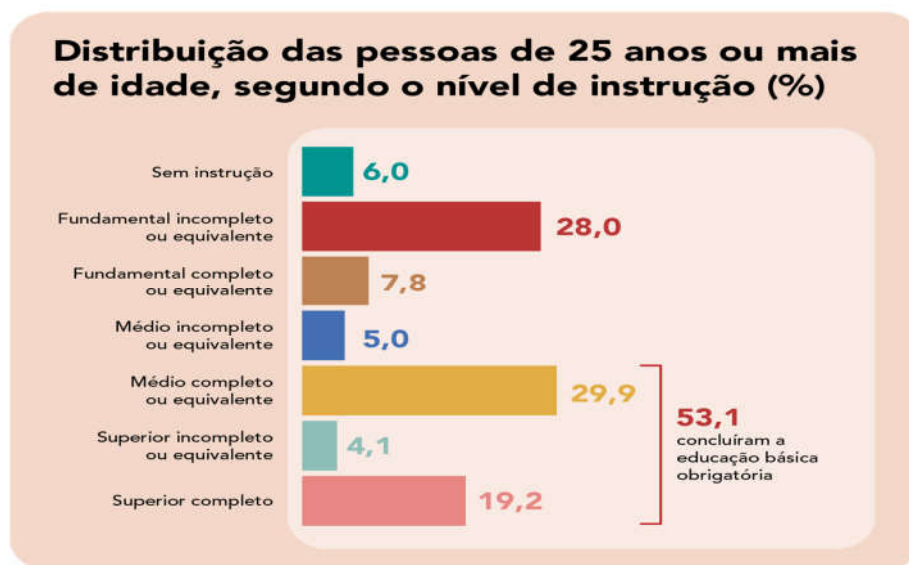
**Figura 1**

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.

Fonte: dados do Balanço do Plano Nacional de Educação (2023, p. 6). Recuperado em: 07 nov., 2023 de <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Balanco-PNE-2023.pdf>.

Como se pode observar, embora tenha havido avanços no percentual de pessoas que concluiu a educação básica ou frequentava o ensino médio até 2020, constatou-se ligeira queda em 2021. Com isso, salta de 433 mil para 521 mil o número total de jovens dessa faixa etária ainda fora da escola. Mesmo retomando o crescimento em 2023, ainda há uma distância considerável para que a meta proposta (85%) seja atingida. Será necessária, por parte do poder público, “a mobilização de recursos técnicos e financeiros para o atingimento, em sua máxima capacidade, do que foi pactuado no Plano [Nacional de Educação]” (Balanço do Plano Nacional de Educação, 2023, p. 7).

Na mesma linha, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) apresenta o nível de instrução alcançado pelos brasileiros de 25 anos de idade ou mais. Segundo os dados, apenas 53,2% de pessoas dessa faixa etária concluíram a educação básica obrigatória (Figura 2).



**Figura 2**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023). Diretoria de Pesquisas, coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Esses dados ressaltam a distância entre o que está nas leis e planos para a educação e a realidade do país. A situação é ainda mais preocupante quando se observam dados relativos à escolaridade dos indivíduos pertencentes aos grupos

marginalizados (negros, moradores das periferias, indígenas, quilombolas, entre outros).

Teoricamente, ao longo dos anos, apresenta-se uma solução democrática e justa por meio da educação, mas as escolas públicas muitas vezes ficam presas a parâmetros e práticas utópicos para muitos. Assim, as escolas oferecem um ensino descolado da realidade, que favorece a discriminação dos mais pobres. Por outro lado, as escolas privadas oferecem mais condições para o aluno dar seguimento aos estudos nas universidades federais, com possibilidades de alcançar carreiras mais vantajosas (Castro, 2008).

A situação do jovem no ensino médio em tempo integral no Brasil, especialmente nas escolas públicas, é caracterizada por um misto de entusiasmo e desmotivação. No primeiro ano, nota-se euforia, motivada pela sensação de autonomia e de maturidade, devido a certo desapego dos pais. No segundo ano, as dificuldades se acentuam e os alunos buscam fortalecer amizades e relacionamentos entre eles. No terceiro ano, vêm as maiores responsabilidades e frustrações, pois percebem que as possibilidades oferecidas são difíceis; por isso, muitos jovens desistem de ingressar no ensino superior (Sposito & Galvão, 2004).

Nessa fase, a escola passa também a ter função de proteger os alunos e a ser vista como um refúgio, um campo de contenção da violência que faz parte do ambiente de muitos alunos. Os jovens que frequentam o ensino médio integral passam mais tempo nas escolas, por isso as atividades culturais devem ser sempre elaboradas buscando-se integração com a comunidade e a criação de uma imagem positiva dos jovens e de motivação para o futuro. As atividades a serem realizadas variam, seja no esporte, música e eventos, e podem ser realizadas até em finais de semana. Todo esse processo está alinhado a um ativismo pedagógico, na luta pela garantia da qualidade da educação (Krawczyk, 2011).

Em relação à infraestrutura, Pinto, Amaral e Costa (2011) denunciam grande restrição nos investimentos nas escolas públicas em equipamentos, laboratórios, reformas e construções de prédios. Nesse cenário, os alunos são alocados em turnos para atender às demandas por matrículas com o menor custo possível. Quanto aos

professores, seus salários são baixos, não há, na maioria dos casos, planos de carreiras e a qualificação é deficiente. As escolas oferecem uma política inconsistente, o que gera falta de qualidade no ensino.

É importante lembrar que o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, trouxe consigo consequências para a educação pública, como “o fim da destinação dos recursos do pré-sal para a educação, o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017), o projeto “Escola Sem Partido” e a reforma do ensino médio” (Silva & Mei, 2018, p. 290). Considerando os impactos da reforma do ensino médio na sociedade e os impasses por ela gerados, na próxima seção pretende-se discutir a reforma e o cenário social e político no qual ela se deu.

## **2.2 O novo ensino médio**

O chamado “novo ensino médio brasileiro” foi instituído no governo de Michel Temer, por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415 em 16 de fevereiro de 2017. Essa lei desconsiderou Plano Nacional de Educação criado em 2014 com vigência até 2024 e todas as discussões sobre as metas e políticas sobre educação (Costa & Silva, 2019).

No parágrafo 6º do art. 35 da Lei 13.415/2017 estabelecem-se critérios de oferta para o ensino, incluindo a educação técnica e profissional. Segundo a lei, a nova formação possibilita certificados profissionais para os jovens se enquadrarem no mercado de trabalho com práticas e ensinamentos com professores a partir de meios definidos na legislação. Nesta, as disciplinas são incrementadas em partes de conhecimento, em que a formação busca desenvolvimento de competências para aprimorar atitudes e valores, ou seja, uma construção de conhecimentos (Costa & Silva, 2019).

No entanto, segundo seus críticos, a reforma não seguiu os caminhos da democracia e não houve debates e discussão com a população, alunos e educadores sobre as propostas e mudanças na educação. A proposta de uma medida provisória evidenciou “a postura antidemocrática do governo, pois não foi dada oportunidade de diálogo e

discussão, uma vez que a medida provisória tem efeito imediato, precisando ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias” (Gonçalves, 2017, p. 134).

Além da ausência de discussões que envolvessem os interessados, especialistas denunciaram a interferência de grupos religiosos, econômicos e empresários ligados a fundações e institutos na formulação das políticas educacionais (Gonçalves, 2017).

A medida provisória e, posteriormente, a Lei 13.415/2017, promoveram alterações radicais na organização e no plano curricular do ensino médio. Entre as principais mudanças, podem ser citadas a instituição da jornada em tempo integral e a definição de carga horária de 1.400 horas para o ensino médio, distribuídas em 200 dias letivos, totalizando 4.200 horas ao final dos três anos. O currículo fica dividido em duas partes: uma parte comum, de 1.800 horas a todos os estudantes, e outra, dividida em cinco itinerários, em que o estudante terá que fazer aquilo que a escola/sistema ofertar: a) Linguagens e suas tecnologias; b) Matemática e suas tecnologias; c) Ciências da Natureza e suas tecnologias; d) Ciências Humanas e Sociais aplicadas; e) formação técnica e profissional (Gonçalves, 2017).

Ainda hoje, a sociedade se mantém dividida em relação às mudanças no ensino médio. São várias as críticas e as manifestações em defesa do direito à educação e contra as ameaças de sua privatização, na busca por uma educação com ensino de qualidade, escola sempre pública e com investimentos, trabalho de melhor conhecimento da juventude e o fortalecimento da democracia (Ferretti, 2018).

A lei prioriza uma concepção curricular restrita, insiste em que os problemas existentes no ensino médio podem ser resolvidos com alterações curriculares, mas a BNCC não é atendida nas propostas elaboradas (Ferretti, 2018).

As reflexões e preocupações sobre as propostas no bojo do novo ensino médio são manifestadas por vários autores (Costa & Silva, 2019; Ferretti, 2018; Gonçalves, 2017; Lino, 2017; Ribeiro, 2016; entre outros). Lino (2017), por exemplo, manifesta-se da seguinte forma:

A Lei Nº 13.415/17 é uma ameaça concreta à oferta de qualidade do ensino médio e configura a redução do direito à educação. A formação integral, crítica e cidadã, que assegurasse aos alunos o pleno desenvolvimento intelectual, afetivo, físico, estético, moral e social, com base em princípios éticos e políticos que oportunizem sua emancipação, era a utopia a perseguir no ensino médio, hoje descartada (Lino, 2017, p. 82).

Anteriormente, a estrutura dos itinerários formativos imposta já era criticada também por Ribeiro (2016), sendo do ponto de vista da organização curricular com a MP 746/2016, uma retomada de um modelo já experimentado nos tempos da ditadura militar e traz de volta a divisão por opções formativas. A formação básica comum que atualmente é garantida nos três anos do ensino médio passaria a ser dada em apenas a metade desse tempo. Após isso, o estudante seria dirigido a uma das ênfases (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou formação técnico-profissional), a critério do sistema do ensino. Destaca-se que não será o estudante a escolher o itinerário com o qual possui mais afinidade, mas será o sistema de ensino a definir, conforme sua própria disponibilidade, o que cada unidade escolar irá oferecer. Trata-se de uma medida, que além de significar perda de direito, é um significativo prejuízo em relação à formação da nossa juventude e fere a autonomia das escolas na decisão sobre seu projeto político-pedagógico, o que hoje está assegurado na LDB e que será alterado pela medida provisória.

O art. 6º da Lei nº 13.415/2017 também é alvo de críticas, já que altera significativamente o art. 61 da Lei nº 9.394 (LDB) sobre a capacitação dos docentes para o ensino médio. Essas alterações referem-se à não exigência de uma formação pedagógica específica para o exercício da docência no ensino médio, conforme se verifica:

Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36 (Lei 13.415, 2017b).

Para as mais importantes sociedades ligadas à educação, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Associação Brasileira de Currículo (ABdC) e Associação Nacional pela formação dos profissionais em



Educação (Anfope), essa deliberação apresenta um retrocesso. O posicionamento dessas entidades é assim resumido por Costa e Silva (2019, p. 13):

O ressurgimento da figura do profissional de notório saber constitui-se clara e inequivocamente como uma afronta aos esforços que o país, os pesquisadores e a produção acadêmica na área de formação de professores e as universidades públicas brasileiras têm despendido na qualificação inicial e continuada dos profissionais da educação de diferentes áreas do conhecimento, considerados fundamentais a uma escola e à educação de qualidade socialmente referenciada.

Por outra via, a organização curricular apresenta multiplicidade nas disciplinas, exigindo tempo integral de sete horas diárias e com flexibilidade na sua estrutura, procurando atender demandas escolares em matrículas, dividindo as matrizes curriculares, mas não cumpre a legislação da Lei 13.415 com 1,5 ano ou 1.200 horas, podendo chegar a 1.800. Assim, tem-se diminuição das disciplinas ao longo do ensino médio, buscando atender a interesses pessoais de cada aluno. Apoiar-se, para tal, em duas justificativas: a baixa qualidade do ensino médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação (Ferretti, 2018).

Atualmente, de acordo com o MEC, a BNCC (2023) guia e conduz o currículo básico, fazendo a regulação do novo ensino médio. Em 2022, já houve alterações na definição da carga horária total em 3.000 horas, sendo 1.800 destinadas ao currículo comum e 1.200 aos itinerários formativos.

Sobre as alterações na educação, os estudos de Ferretti (2018) destacam que cada um dos estados tem sua responsabilidade pelo ensino médio, mas em termos de estrutura e organização curricular a responsabilidade é nacional, sempre orientada pela Lei de Diretrizes e Bases, pelos Planos Nacionais de Educação e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Segundo críticas do autor, os órgãos responsáveis pela organização do ensino buscam interesses de setores privados e de grupos políticos, o que às vezes fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não visando cumprir os objetivos propostos. Como comprovação, o autor destaca a implantação inicial do novo ensino médio em apenas 500 escolas públicas de ensino médio entre

as 20.083 existentes no país, atendendo somente a um percentual aproximado de 2,5% das escolas, índice muito baixo, contribuindo para a desigualdade na educação.

De acordo com dados do IBGE, em uma pesquisa que abrangeu todo o território brasileiro, entre os 133,7 milhões de pessoas adultas com 25 anos ou mais, em 2016 apenas 45% haviam concluído a educação básica. Em 2018, quando a Lei 13.415 já estava em vigor, esse percentual subiu apenas para 47,4%. De acordo com a lei, a obrigatoriedade da educação básica estende-se aos alunos até 17 anos, mas há vários problemas nesse grau de ensino, como desigualdades no acesso à escola; desorganização desse nível de ensino; tentativa de privatização dessa etapa da educação; e conflitos em relacionamentos sociais em virtude de idade (Costa & Silva, 2019).

Segundo Tonet (2014), uma atividade educativa deve sempre ser emancipadora e ter como objetivos levar o aluno a compreender a sua história, a escolher seu campo de atuação e a dominar minimamente cada área do saber, estando a par de seus conteúdos.

No entanto, parece que o novo ensino médio se distancia desses critérios ao propor, por meio da MP 746, a retirada de “disciplinas importantes como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, negando o conhecimento geral e comprometendo, portanto, a formação política, cidadã e emancipatória da juventude” (Costa & Silva, 2019, p. 14).

Com as alterações e sua adoção, a BNCC como a primeira parte do currículo novo ensino médio desconsidera os tipos de público para o ensino médio, as condições das escolas e as situações das sociedades, seja econômica ou social. A Lei 13.415/17 implanta uma flexibilização de currículos que gera o menor custo possível para o governo, mas afeta a qualidade do ensino, a formação dos jovens e continuidade acadêmica, a motivação da juventude e torna ainda maior a desigualdade social. Destaca-se como um retrocesso para a sociedade brasileira a educação pública com o novo ensino médio, que comete erros no atendimento nos setores produtivos, gerando ganhos para sociedades privadas para atender a todas as despesas necessárias, sem controle e análises corretas (Lino, 2017).

A Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, provocou manifestações de várias entidades. A Anfope, especialmente, manifestou sua contrariedade, enfatizando que a implantação do novo ensino médio desconsidera todos os planejamentos e as discussões anteriores para atender à educação com qualidade para juventude brasileira. Sobre a formação de professores, seu manifesto destaca a desvalorização do professor, já que a MP permite contratação para lecionar disciplinas sem formação específica, bastando somente alegar o “notório saber”, aprovado pelas escolas e Superintendências de Educação, ou seja, desqualificação e desvalorização dos professores levando à desmotivação para atuar e seguir a profissão de educador (Costa & Silva, 2019).

A segunda parte do currículo do novo ensino médio, que trata dos itinerários formativos, foi enfatizada por Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Educação, com a explicação:

A escola não é obrigada a ofertar as cinco ênfases. O Estado pode definir que uma determinada escola estará concentrada em uma ênfase x, uma ou até duas ênfases [...] eu posso ter escolas com cinco ênfases, eu posso ter escola mais focada na Educação Profissional como ênfase, e assim por diante. Isso o sistema de ensino vai regular na sequência (Ministro..., 2016, s. p.).

Assim, pode-se concluir que os problemas na formação escolar e humana não podem ser resolvidos apenas por meio de alterações curriculares e de métodos de ensino. A educação deve ser entendida, discutida e alterações devem ser sempre democráticas e abertas para mudanças, buscando qualidade no ensino (Ferretti, 2018).

A falta de discussões aprofundadas sobre as especificidades da educação no Brasil com os vários segmentos da sociedade, com professores, alunos e especialistas, provocou inúmeras críticas sobre o novo ensino médio. O novo governo, empossado em janeiro de 2023, assumiu o compromisso de analisar e discutir o ensino médio, ouvindo as partes interessadas. Assim, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, em outubro de 2023, um projeto de lei propondo alterações no novo ensino médio. As mudanças previstas nesse projeto de lei referem-se a:

- a) Carga horária: retomada de, no mínimo, 2.400 horas anuais para as disciplinas obrigatórias sem integração com curso técnico. No caso de cursos técnicos, os estudantes poderão ter 2.100 horas de disciplinas básicas e, pelo menos, 800 horas de aulas técnicas;
- b) disciplinas obrigatórias: tornam-se disciplinas obrigatórias em todo o ciclo do ensino médio: Língua Espanhola, História, Geografia, Química, Física, Biologia, Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
- c) itinerários formativos: revogação dos itinerários formativos e criação dos percursos de aprofundamento e integração de estudos, que vão combinar, no mínimo, três áreas do conhecimento. Cada escola terá que ofertar, pelo menos, dois percursos até o início do ano letivo de 2025. Outra proposta é a criação de parâmetros nacionais para os percursos para evitar desigualdades e desestímulo aos estudantes;
- d) educação a distância: vedação da oferta da formação geral básica por meio da educação a distância. As aulas *online* são autorizadas apenas em situações excepcionais definidas pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE);
- e) profissionais não licenciados: Proíbe profissionais com notório saber de ministrar aulas. Serão definidas situações em que esses profissionais poderão atuar, excepcionalmente, na docência do ensino médio.

Esse projeto de lei deve passar por debates na Câmara e no Senado, podendo ainda ser modificado. Somente se aprovado pelos parlamentares e sancionado pelo Presidente da República, entrará em vigor. Até lá, as escolas continuarão seguindo as regras válidas do novo ensino médio<sup>4</sup>.

Como se trata de um problema de muitas facetas, as discussões sobre evasão escolar devem ser desenvolvidas considerando-se todo o cenário descrito até esse ponto. Não podem ser ignoradas as condições sociais e políticas que impactam na permanência (ou não) dos alunos das escolas. A evasão escolar, portanto, é um problema social; ela afeta todo o processo educativo, mas é mais preocupante na adolescência e na juventude.

---

<sup>4</sup> Recuperado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-10/entenda-o-que-preve-o-projeto-de-lei-que-muda-o-ensino-medio>.

Segundo o Observatório Nacional da Indústria, até 2025 a indústria brasileira criará 497 mil novos postos de trabalho e quase 10 milhões de profissionais do setor precisarão se requalificar para ocupar vagas em atividades mais complexas e sofisticadas. Os números são do Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025<sup>5</sup>. Esses números atestam a necessidade de investimentos na educação no país e de estancar a evasão escolar na educação básica, especialmente no ensino médio, cujas causas serão discutidas nas próximas seções desta dissertação.

### **2.3 Evasão escolar**

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu artigo 205, defende a educação como dever do estado e para todos. Por seu turno, a LDB nº 9.394/96 define a educação básica para todo cidadão, dividindo-a em ensino infantil, fundamental e ensino médio. Nesse contexto gira o grande problema no Brasil, a evasão escolar como um dos temas mais discutidos na educação, sendo destaque nas políticas públicas. A ideia central é vida escolar da criança como responsabilidade da família e da própria escola.

De acordo com a LDB (1996), a educação básica deve incentivar o exercício da cidadania, preparar os estudantes e qualificá-los para o mercado de trabalho. No entanto, o que se percebe são falhas relacionadas principalmente à conclusão do ciclo básico pelos estudantes, talvez devido ao desemprego, à desestruturação familiar, desnutrição e políticas públicas falhas, o que acaba por refletir no sistema educacional.

Diante disso, Cury (2002) reforça que a educação básica é o meio para promover a vida no trabalho, na sociedade, em família. É um desenvolvimento de cidadania com ações educativas e em conjunto. A educação básica é defendida pelo autor da seguinte forma:

A própria etimologia do termo base nos confirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. Base provém do grego *básis*, *eós* e significa, ao mesmo tempo, pedestal, suporte, fundação e andar, pôr em marcha, avançar. A educação básica é um conceito mais do que inovador para

---

<sup>5</sup> Recuperado de: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/educacao-e-a-base-para-transformar-o-desenvolvimento-do-pais/>.

um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. Resulta daí que a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão consequente das partes (Cury, 2002, p. 170).

A partir dessa visão, pode-se ter uma ideia dos prejuízos da evasão escolar. A evasão e o abandono são pontuados por vários autores com base nas análises de dados extraídos nas escolas. A evasão tem o conceito de sair, desistir, abandonar ou mudar de lugar. Dessa forma, a evasão escolar é o abandono da escola para fazer outra atividade, pois ambas não podem ser conciliadas. Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep, 2008), ocorre o abandono escolar quando o aluno retorna no ano seguinte; na evasão, o aluno sai sem retornar.

Na concepção de outros autores, como Steinbach (2012) e Pelissari (2012), não se usa o termo evasão e sim abandono escolar, pois evasão tem muito peso, podendo ser causada por motivos internos ou externos, desconsiderando-se a possibilidade de reverter a situação. Borja e Martins (2014) destacam que a evasão escolar é complexa e é muito grave para a escola e para a sociedade.

Brandão (1983) salienta que o problema de evasão escolar ocorre também em outros países. Seu estudo analisou dados de cinco países latino-americanos no Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina (Eciel), chegando à conclusão de que o rendimento escolar depende da família. Isso porque, quanto maior for o nível de aprendizado dos pais, maior o rendimento do aluno, já que os pais são mais responsáveis por isso e destinam mais tempo do aluno à escola. Assim, o sucesso ou fracasso escolar depende da família, das condições sociais em que estão inseridas.

Na sociedade brasileira as diferenças de classe também marcam drasticamente o sucesso ou fracasso escola, o que é reforçado por Arroyo (1993, p. 21):

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe.

As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

Os problemas e questões que levam à ocorrência da evasão e ao abandono escolar estão dentro e fora das escolas, constituem um processo muito complexo, com necessidade de contextualização qualitativa e quantitativa. Silva Filho e Araújo (2017) destacam várias situações que acarretam a evasão, como: violência; condições sociais; falta de motivação; necessidade de trabalho para sustento; envolvimento com drogas; muitas reprovações; pouco relacionamento familiar.

Silva (2016) acrescenta outros fatores, como falta de professores, falta de materiais, falta de estrutura, baixo grau qualidade no ensino e falta de perspectivas na escola, no aluno e no sistema de ensino.

A situação socioeconômica dever ser considerada, pois o fracasso e a evasão escolar dependem da classe social em que o aluno está inserido, seu envolvimento pessoal, sua motivação e investimentos da família, inclusive em entretenimento. Assim, a escola, em cada sociedade, está sujeita às influências políticas, culturais e sociais (Fornari, 2010).

Por outro lado, as condições precárias de vida do aluno, segundo Ferreira (2019), determinam sua evasão escolar e seu fracasso no campo educacional. Uma associação é feita por Machado (2009) entre o nível de conhecimento, seu aprendizado, o trajeto educacional do estudante e a evasão.

Mesmo sem informações oficiais em relação à suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de Covid-19, pode-se presumir que esse fato contribuiu para o aumento da evasão escolar em todos os níveis educacionais, mais precisamente entre os adolescentes, ou seja, nos anos finais de ensino fundamental e aqueles que já estavam no ensino médio (Nobre, Lima, Grillo, Alzamora, Neves, Andrade & Tarcia, 2023).

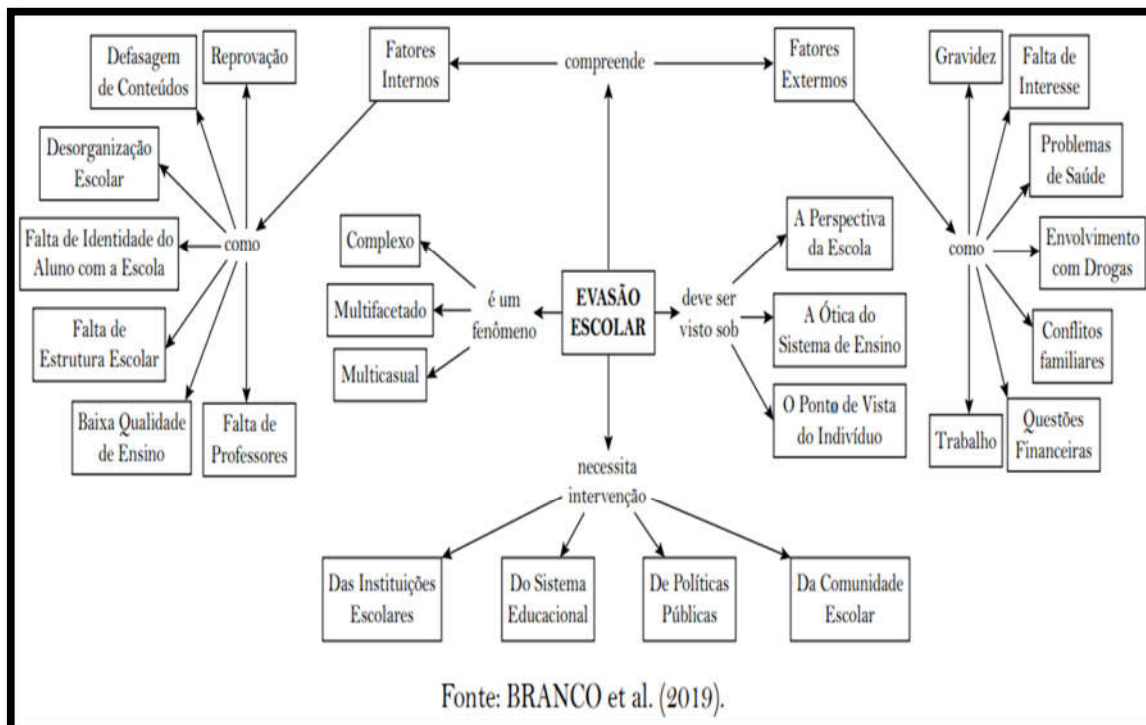
A pandemia de Covid-19 reforçou a necessidade da inclusão digital, que depende de políticas públicas e investimentos educacionais e profissionais. A inclusão digital é necessária para diminuir a evasão; para buscar interesse em conteúdos escolares;

fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e, assim, dar qualidade educação (Nobre *et al.*, 2023).

Outro fator que pode ser determinante para a evasão escolar é a distorção idade-série. Estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2018), baseado em uma pesquisa abrangendo escolas municipais e estaduais de todos os estados brasileiros, apurou que “um em cada cinco estudantes brasileiros de escolas públicas municipais e estaduais tem dois ou mais anos de atraso escolar, denominado por especialistas como distorção idade-série”. Segundo o mesmo estudo, “a distorção idade-série aumenta de 13% para mais de 31% dos anos iniciais do ensino fundamental para o ensino médio” (Unicef, 2018, p. 5).

O estudo do Unicef (2018) aborda também a questão do abandono escolar no Brasil, informando que, em 2018, o ensino médio perdeu mais de 460 mil estudantes, valor que corresponde a 7% dos alunos matriculados nesse nível de ensino. Por se tratar de um problema tão grave, várias pesquisas têm sido realizadas com vistas à identificação das causas e propostas de solução. Em um desses estudos, Branco, Adriano, Branco e Iwasse (2019) apresentam um mapa conceitual (Figura 3), buscando analisar a evasão escolar da população brasileira, aprofundando na identificação das causas e fatores responsáveis por esse cenário.





### Figura 3

Evasão escolar: causas e fatores importantes.

Fonte: Branco, E., Adriano, G., Branco, A., & Iwasse, L. (2019). Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. *Revista Contemporânea de Educação*, 15(34), 133-155. Doi:<https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>.

Como se pode observar na Figura 3, Branco *et al.* (2019) definem a evasão escolar como um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal. Ela deve ser vista sob a perspectiva da escola; sob a ótica do sistema de ensino; e do ponto de vista do indivíduo. É atribuída a fatores internos como: reprovação; defasagem de conteúdos; desorganização escolar; falta de identidade do aluno com a escola; falta de estrutura escolar; baixa qualidade de ensino; e falta de professores. E também por fatores externos, como: gravidez; falta de interesse; problemas de saúde; envolvimento com drogas; conflitos familiares; questões financeiras e trabalho. Finalizando, o estudo registra a necessidade de intervenções por parte das instituições escolares e sistema educacional e de políticas públicas e da comunidade escolar.

Essas constatações vão ao encontro dos achados de Tinto (1993). Na opinião do autor, o comportamento de evadir-se consiste num processo de interações. O aluno chega ao sistema de ensino com intenções, objetivos e compromissos institucionais predefinidos e interage no sistema social e acadêmico da instituição de ensino. O

resultado do processo de integração lhe permite, assim, redefinir suas intenções e seus compromissos, permanência ou as variadas formas de evasão. A ideia central é de que a evasão ocorre pela falta de identificação com o grupo, caracterizada principalmente pelas causas sociais. O autor indica os problemas financeiros como reflexos de outros fatores, entre eles a insatisfação com a instituição.

Ainda de acordo com o autor, quando os benefícios percebidos pelo aluno são maiores do que os custos, o aluno permanece: “quanto maior o comprometimento do aluno com a instituição e com os seus próprios objetivos, e elevado for o nível de integração acadêmica e social desse aluno, menor a probabilidade de evasão” (Tinto, 1993, p. 130).

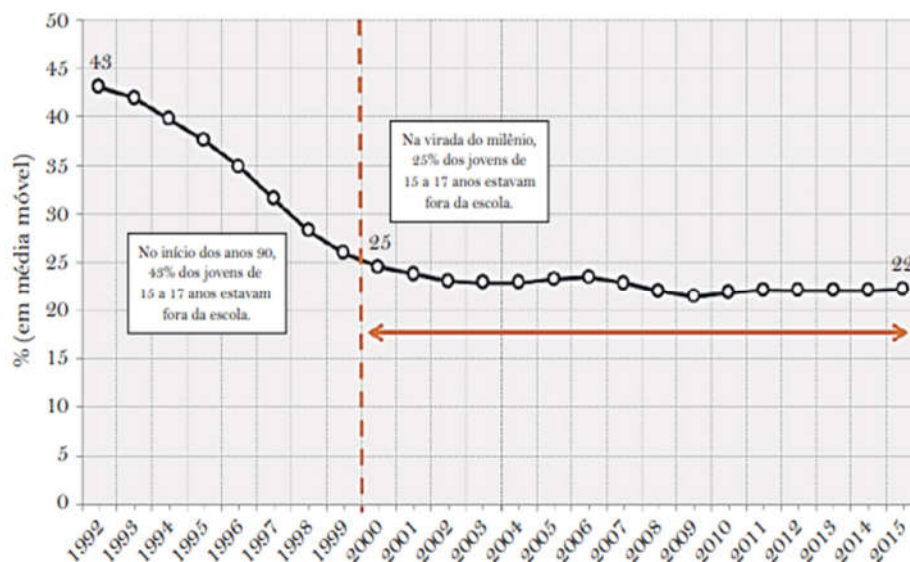
### **2.3.1 Evasão escolar no ensino médio**

Cury (2002) alerta para a existência de um conflito na relação entre a educação e a sociedade. Ele aprofunda mais o assunto, destacando que a distribuição de renda e as condições sociais são fatores importantes para determinação da permanência dos alunos na escola.

Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 alterou a Constituição Federal (CF) de 1988 no inciso I no artigo 208, estabelecendo obrigatoriedade na educação básica (até ensino médio) gratuita dos quatro aos 17 anos de idade e também para aqueles que já ultrapassaram a idade, mas não concluíram o ensino médio. Essa emenda constitucional foi considerada uma vitória para sociedade, e de grande importância social e política, mas ainda há necessidade da criação de caminhos para o enfrentamento da significativa ausência de adolescentes e jovens nas escolas de ensino médio. (Krawczyk, 2011).

Mesmo que o número de matrículas tenha aumentado após a promulgação dessa emenda constitucional, ainda há objetivos a serem perseguidos, tais como a melhora na qualidade do ensino para o cumprimento dos propósitos da educação básica e o combate à evasão e ao abandono (Krawczyk, 2011).

O gráfico apresentado na Figura 4 mostra a porcentagem de jovens brasileiros de 15 a 17 anos que estavam fora da escola entre os anos de 1992 e 2015.



**Figura 4**

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, 1992 a 2015.

Fonte: Barros, R. P. (2017). *Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens*. São Paulo, SP: Insper. Recuperado de: <<http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/#bibliografia>>.

Como se pode notar, se no início dos anos 2000 25% dos jovens nessa faixa etária estavam fora da escola, em 2015 esse número caiu apenas três pontos percentuais, o que pode ser considerado um número aquém das expectativas. Conclui-se, portanto, que houve pouca alteração no número de matrículas de jovens de 15 a 17 anos a partir da promulgação da Ementa Constitucional nº 59 (Krawczyk, 2011).

Segundo Gazeta do Cerrado (2019), o cenário ilustrado na Figura 4 persiste. Dados mais recentes retirados de uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2019 revelam que, em 50 milhões de pessoas no Brasil na faixa etária de 14 a 29 anos, 8,1% de alunos na faixa etária de 14 anos não seguiram o ensino médio; entre alunos na faixa etária de 15 anos, o índice foi para 14,1%, aumentando ainda entre as faixas etárias maiores. Esse abandono escolar foi considerado como evasão escolar no ensino médio, pois os alunos não retornaram para a escola. Entre os motivos de evasão escolar no ensino médio mais destacados encontram-se a necessidade de trabalhar para se sustentar ou para ajudar no sustento familiar (39,1%) e falta de interesse em formação escolar

(29,2%), sendo mais destacados nas maiores regiões e indicam a necessidade de criar meios, procedimentos para buscar e incentivar a permanência escolar.

A pandemia de Covid-19 alterou significativamente os fluxos sociais no mundo e também no Brasil. A educação foi um dos setores mais prejudicados, pois as instituições de ensino não estavam preparadas para o ensino a distância na educação básica. Foram realizados vários empreendimentos para atender a população escolar que geraram altos custos, mas houve muitas falhas e a população não foi realmente atendida; os jovens não tiveram aprendizado de qualidade, gerando mais evasão escolar no ensino médio. Assim, a escola na pós-pandemia necessita de grandes empreendimentos para a busca dos jovens, promovendo uma retomada preocupada em estreitar os vínculos dos estudantes com a escola, o que significa buscar a reestruturação do sistema educacional (Nobre *et al.*, 2023).

Outro fator que impactou a aprendizagem no período da pandemia, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), foi o aumento de violência doméstica contra os jovens nesse período. Em pesquisas realizadas com adolescentes foram mencionadas as grandes diferenças entre o ensino remoto e o ensino presencial, realçando-se a perda de qualidade no ensino quando se transformam aulas presenciais em aulas virtuais (Lima *et al.*, 2020).

Os jovens também se manifestaram angustiados com a incerteza quanto ao retorno às escolas para aulas presenciais. A importância do contato presencial entre professores e alunos para aprendizagem foi confirmada com os resultados extraídos de pesquisa com os jovens, relatando-se também a falta de acesso ao ensino remoto pelos estudantes das escolas públicas (Lima *et al.*, 2020).

Nobre *et al.* (2023) assevera que os alunos tinham que fazer todas atividades em casa com a presença da família, acumulando funções e enfrentando dificuldades na realização das atividades com a falta de relação presencial entre os professores e interação entre os próprios alunos. Foram confirmadas a falta da comunidade escolar, a pouca relação de professores com alunos e alunos entre si, em todos os horários dentro das salas e no intervalo chamado de “recreio”, a falta de palestras presenciais e estudos de casos em grupos.

Aprofundando um pouco mais sobre esse período, foram apuradas questões comportamentais no campo familiar, como brigas dentro de casa, relações de vizinhos, barulhos perto de casa ou na própria casa. O ensino remoto, devido às desigualdades sociais, mostra que os jovens compartilham um espaço pequeno para o estudo, sem o conforto necessário para concentração e envolvimento nos assuntos repassados por professores que não estão presentes para o auxílio necessário, favorecendo que os alunos se percam nos ensinamentos; por outro lado, as dúvidas são constantes e não atendidas (Nobre *et al.*, 2023).

O ensino fundamental e ensino médio vivenciaram a marcante falta do convívio escolar, pois a modalidade de ensino remoto apresentou grandes falhas que foram confirmadas com o retorno às aulas, com necessidade de repetição dos conteúdos repassados na pandemia de Covid-19 e de buscar retomar as matrículas dos jovens no combate à evasão escolar. Tais dificuldades foram mais evidentes no caso das escolas públicas, pois os alunos de escolas particulares geralmente possuem melhores condições sociais e tinham mais acesso aos meios utilizados pelo ensino remoto (Nobre *et al.*, 2023).

Sobre um projeto político-pedagógico pós-pandemia, sobressai-se a necessidade de os alunos serem analisados individualmente quanto ao seu aprendizado, sendo que conhecimentos na época atual não podem se expropriados, mas sim apropriados individualmente para serem compartilhados com todos. Trata-se da ampliação do direito de educação para todos os grupos sociais, com as tecnologias digitais atuando de forma diversa associadas a redes sociais que possuem grande potencial de comunicação interpessoal para repassar o aprendizado em sala de aula para ser utilizado na própria vida de cada jovem, o que corresponde à valorização do aprendizado repassado, buscando a diminuição de evasão escolar (Nobre, 2021).

A escola exerce importante papel na vida dos jovens, em especial para construir um sentido na vida ao término do ensino médio, mas, para cumprir esse papel, ela precisa passar por transformações sociais e culturais. A tecnologia digital, tão disponível hoje, precisa ser inserida na educação escolar pública, o que requer expressivo investimento dos governos, tanto federal, quanto estadual e municipal (Lima, Dias & Berni, 2019).

Constata-se que o papel do professor é essencial para criar possibilidades educativas com as tecnologias digitais. Lima *et al.* (2019, p. 254) opina:

Numa época em que os jovens habitam a rede, esse espaço virtual ruidoso e acelerado, a escola poderia criar pequenos respiros, brechas, intervalos para a reflexão crítica, incluindo as diferenças entre informação e saber e as relações entre a palavra e o afeto no ambiente virtual.

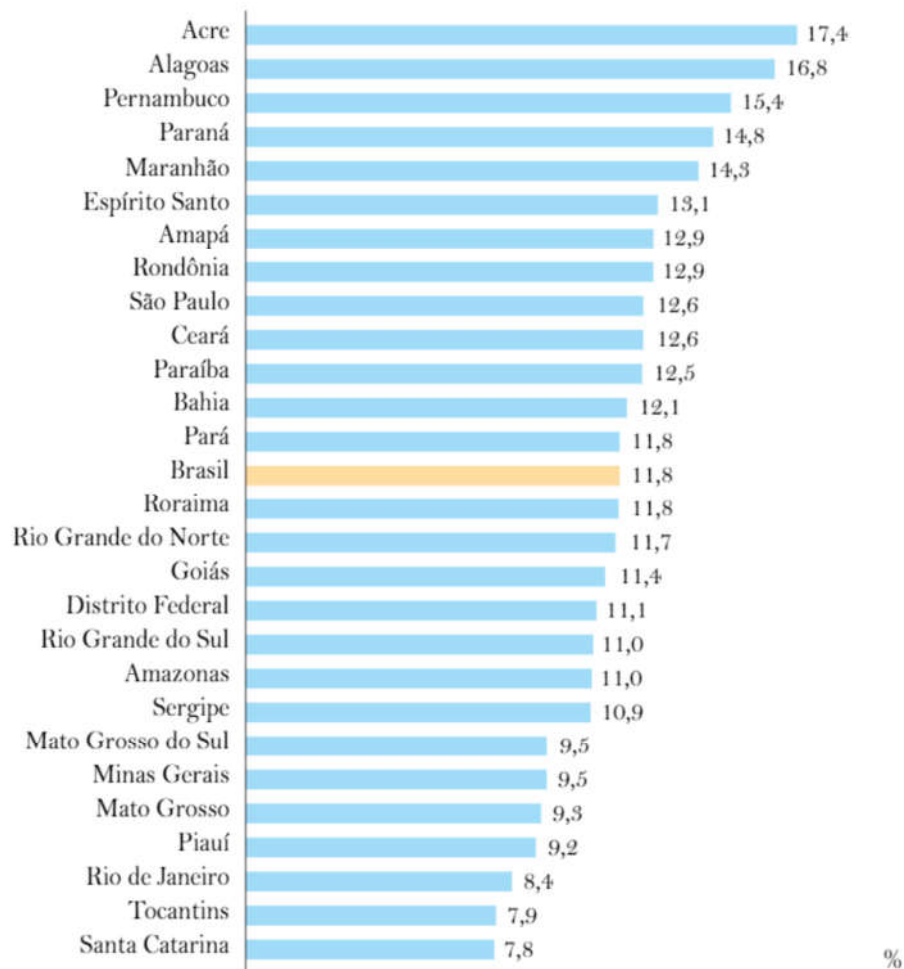
Uma visão complementar que pode ser destacada é a de Boto (2022). O autor adverte que o jovem deve interagir no ambiente escolar, procurar estar mais perto da escola e mais tempo em relações de aprendizado, a partir da conversa e as relações pacíficas entre os colegas, favorecendo o preparo do jovem para o convívio em sociedade. No projeto *homeschooling* (aprender sem necessidade de frequentar a escola), abre-se espaço para a violência doméstica. Dessa forma, o autor frisa a relação entre escola e família:

A escola percebe quando a criança vem machucada, traumatizada. Se a família controla o que acontece na escola, a escola também, em certa medida, controla o que acontece na família. São duas instituições que deverão continuar se complementando e se autorregulando (Boto, 2022, s.p.)

A partir dessas reflexões, percebe-se a necessidade de reformulação do atual modelo educacional pós-pandemia. Gatti (2020) propõe, para esse novo modelo, uma abordagem multidisciplinar, com espaço para a flexibilização de tempo curricular, sem provocar sentimentos de frustração, reprovação e seletividade, com vistas a diminuir os índices de abandono e evasão escolar.

### **2.3.2 Evasão no ensino médio em Minas Gerais**

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE destacada pela Gazeta do Cerrado (2019), 11,8% de alunos de 15 a 17 anos estão fora da escola no Brasil. Trata-se de um número muito expressivo e que requer ações para apresentar o menor índice possível. O estado de Minas Gerais apresentou percentual de 9,5%, abaixo da média do país, como mostra a Figura 5:



**Figura 5**

Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola em 2018.

Fonte: Pesquisa por amostra de domicílios contínua, 2018.

De acordo com Silva Filho e Araújo (2017), existe uma diversidade de fenômenos que estão envolvidos no processo educacional e causam a evasão escolar. Sendo assim, é necessário planejamento para diminuição da evasão e uma gestão de permanência dos alunos na escola pública por meio de ações com os jovens para o cumprimento do ensino básico.

Vieira, Gallindo e Cruz (2017) argumentam que as instituições de ensino já têm buscado meios para permitir o acesso de todos à educação, trabalhando sempre para identificar e combater todas causas de evasão e elaborando planos estratégicos de permanência e êxito (PPE). O objetivo principal é a continuidade do itinerário formativo

dos estudantes, promovendo ações constantes, articuladas e contando com todas as parcerias possíveis.

De acordo com Queiroz (2019) a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais trabalha desde 2019 em uma campanha chamada Busca Ativa Escolar, que é realizada em todo o estado mineiro, envolvendo todas as superintendências regionais de ensino. O trabalho envolve mobilização com instituições, organizações e órgãos públicos, atuando em todas as etapas precisas no combate de forma eficaz ao abandono e evasão escolar, fortalecendo o ensino básico de Minas Gerais. Devido à importância dessa ação para a permanência dos alunos nas escolas públicas do estado, ela será discutida em mais detalhes na próxima seção.

## **2.4 Gestão da permanência no ensino médio**

A meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) previa a universalização da última etapa da educação básica até o ano de 2016. Esse objetivo ainda não foi totalmente alcançado, constituindo-se um desafio para os governantes e toda a sociedade. Paralelamente, outro desafio se impõe: a permanência dos jovens estudantes nas escolas até a conclusão do ensino médio.

A gestão de permanência dos alunos no ensino médio é destacada por Ferreira (2006) como motivo de muitas discussões, pois várias escolas não atendem às propostas da legislação. Para reforçar o estudo, é válido lembrar que o princípio de gestão escolar democrática foi incorporado à Constituição Federal de 1988 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), e assim a ideia de gestão escolar passou pela autonomia nas decisões públicas. A gestão escolar está relacionada ao Projeto Político Pedagógico, que busca articular, também, aspectos administrativos e financeiros da comunidade escolar.

Segundo Ferreira (2006), o trabalho de gestão escolar deve priorizar as trocas de saberes, o diálogo, a construção de coletividade e o respeito, discutindo as opiniões de todos e buscando parcerias para ter acesso a recursos financeiros, humanos e materiais. Trata-se da gestão democrática no campo escolar em que:



[...] se tomam decisões sobre todo o projeto político-pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...]. (Ferreira, 2006, p. 310).

Assim, o ensino médio deve responder ao desafio de oferecer ao jovem oportunidade de acesso ao trabalho e também à continuidade acadêmica, com competência e compromisso, favorecendo possibilidades de desenvolvimento de carreira e satisfação pessoal. Atualmente, para garantir a permanência de todos os jovens no ensino médio, é necessário que a escola pública atue na construção de propostas pedagógicas que atendam a todas as classes sociais. Uma escola democrática só cumpre seu papel quando seu projeto pedagógico permite a todos os estudantes o acesso à produção científica e cultural, proporcionando experiências positivas que podem contribuir para a permanência dos jovens no ensino médio (Oliveira, 2018).

A inclusão dos jovens no ensino médio deve proporcionar-lhes experiências culturais e sociais e a aquisição de conhecimento sistematizado. Dessa forma, a permanência escolar possibilita melhor comunicação e melhor aprendizado sobre as condutas a serem seguidas, envolvendo disciplina escolar, familiar e social (Oliveira, 2018).

O atual ensino médio pode trabalhar com diversidade nos conteúdos para os jovens estudantes, mas com um projeto político e econômico mais amplo, em que as relações entre trabalho, ciência e cultura sejam explicitadas de forma equilibrada. Trata-se aí do trabalho da administração política dos profissionais (superintendências, diretores, especialistas e professores) na tentativa de oferecer conhecimento de qualidade (Gonçalves, 2017).

Concluindo a discussão proposta para esta seção, pode-se afirmar que toda escola deve buscar a elaboração de um projeto pedagógico que atenda às suas especificidades, pois as escolas possuem culturas e necessidades diferentes. Para que esse trabalho alcance o sucesso desejado, deve haver aprofundamento no processo de diagnóstico e a participação efetiva da comunidade, pais, alunos e

professores. As características e necessidades de cada aluno devem ser analisadas e as decisões para o atendimento da demanda podem não ser as ideais, mas deve-se chegar a consenso geral, a fim de buscar os recursos (humanos, espaço físico, equipamentos e inovações) que permitam oferecer ensino de boa qualidade, fortalecendo a gestão de permanência. A criação de alternativas deve ser estimulada, mas elas devem seguir sempre as diretrizes curriculares nacionais e as normas complementares estaduais (Franco, 2016).

Por outro lado, não basta apenas criar as condições de permanência na escola. No cenário atual, são muitas as questões que favorecem a evasão e o abandono escolar. Essas questões precisam ser enfrentadas com ações propositivas por parte do estado. Na próxima seção apresenta-se uma alternativa criada pelo estado de Minas Gerais para tentar garantir a permanência dos alunos nas escolas.

#### ***2.4.1 Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar nas instituições estaduais de ensino de Minas Gerais***

A fim de mitigar o problema da evasão no estado, a SEE-MG elaborou um Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar nas instituições estaduais de ensino de Minas Gerais. O plano baseou-se em várias resoluções e principalmente na Lei Federal nº 13.415/2017, que altera a Lei Federal nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reafirmando que o estado é responsável pelas modalidades de ensino e combate à evasão escolar ao longo de todo o ensino básico. Para realizar esse trabalho, o plano propõe ações de busca ativa dos estudantes evadidos, como mostra a Figura 6.



### Figura 6

Fluxo da busca ativa.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE-MG. Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar. Belo Horizonte: SEE-MG, 2023, p. 7.

O acolhimento escolar é realizado antes da identificação dos alunos infrequentes. Trata-se de acompanhamento escolar, identificando se o estudante faz parte da comunidade escolar e se está adaptado à rotina.

Na identificação dos infrequentes, conta-se com ferramentas como o diário escolar e Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) - onde se tem o registro de situações que necessitam de intervenção da gestão da escola. Essa identificação abrange estudantes que faltaram cinco dias letivos consecutivos ou 10 dias letivos alternados. O contato e mobilização da escola contam com a ferramenta do Sistema de Busca Ativa, que realiza contato com os pais ou responsáveis, com o intuito de identificar e entender as razões das ausências a fim de promover o retorno do aluno à escola.

No acionamento da rede de busca ativa são tomadas providências mais radicais, pois os passos anteriores não surtiram os efeitos desejados, ou seja, o aluno não retornou para a escola. Nesses casos, a Resolução nº 4.692 de 2021 estabelece que se deve acionar o Conselho Tutelar com a assistência de outros órgãos (Centros de Referência de Assistência Social – Cras -, Conselhos Regionais de Engenharia e

Arquitetura - Creas - e outros). Alcançando-se o objetivo de retorno do estudante por meio desse processo, realiza-se um novo acolhimento para fortalecer a permanência (SEE-MG, 2023).

O Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar nas instituições estaduais de ensino de Minas Gerais prevê ações específicas, destacando-se a responsabilidade da gestão escolar. A Tabela 1 traz as ações que devem ser tomadas em cada etapa da busca ativa e a responsabilidade de cada uma delas.

**Tabela 1**

Responsabilidades da escola no enfrentamento ao abandono e à evasão escolar

<b>Etapas da Busca ativa</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsabilidade Pela ação</b>	<b>Quem pode realizar A tarefa</b>
<b>Recepção, Acolhimento e Observação Diária</b>	Editar resolução disciplinando acerca da obrigatoriedade da obediência ao princípio da segregação de funções em todas as operações identificadas como críticas no âmbito do órgão, fazendo menção à inclusão de cláusula nos contratos, convênios e demais ajustes celebrados no âmbito de todo o órgão.	Direção Escolar	Direção Escolar, Especialistas, Professores e Assistentes Técnicos de Educação Básica (ATBs).
<b>Identificar estudantes infrequentes</b>	Identificar estudantes faltosos diariamente e comunicar à direção escolar e ao especialista. É fundamental que essa ausência seja também registrada no diário escolar digital (DED).	Direção Escolar e Especialistas	Direção Escolar, Especialistas, Professores e ATBs.
<b>Realizar contatos com a família dos estudantes infrequentes</b>	Diariamente, tendo sido identificados os estudantes infrequentes, registrar essa situação no controle de faltas e realizar contato com os responsáveis pelo estudante, avisando da ausência e solicitando apoio para o retorno da presença na escola.	Direção Escolar e Especialistas	Direção Escolar, Especialistas, Professores e ATBs.
<b>Registrar os encaminhamentos do busca ativa nos sistemas indicados pela SEE</b>	Garantir que as providências tomadas pela escola sejam regularmente registradas nos sistemas de informação indicados pela SEE para o acompanhamento do busca ativa.	Direção Escolar	Especialistas e ATBs

Continua

**Tabela 1**

Responsabilidades da escola no enfrentamento ao abandono e à evasão escolar - conclui

<b>Etapas da Busca ativa</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsabilidade Pela ação</b>	<b>Quem pode realizar A tarefa</b>
<b>Encaminhamento ao Conselho Tutelar, juiz e Ministério Público da Comarca e órgãos de assistência (Cras e Creas)</b>	Encaminhar ao Conselho Tutelar os casos de estudantes infrequentes que não retornaram à escola mesmo após tentativas e intervenções realizadas pelos servidores da unidade escolar. Informar, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados, as informações pessoais dos estudantes, de seus pais ou responsáveis, além dos dias e horários das tentativas de contato. As outras estruturas devem ser contatadas quando não há solução para a situação com o Conselho Tutelar. Onde houver Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE), ele deve apoiar a escola no acesso à rede de acolhimento e na execução de estratégias de envolvimento da comunidade escolar.	Direção Escolar	Direção Escolar e Especialistas
<b>Acompanhamento pedagógico direcionado ao estudante público-alvo da busca ativa</b>	Estudantes infrequentes ou que abandonaram a escola no ano anterior são público-alvo prioritário para enturmação no reforço escolar. Além disso, a escola deve analisar cada caso para tomar providências quanto à recomposição das aprendizagens. Em casos de distorção idade série, avaliar a execução de estratégias para a correção de fluxo do estudante.	Direção Escolar e Especialistas	Professores e Especialistas

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE-MG. Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar. Belo Horizonte: SEE-MG, 2023, p. 10 e 11.

Como se pode notar, trata-se de um trabalho articulado entre o estado, as escolas (por meio de toda a comunidade escolar) e outros órgãos da sociedade civil. Também é interessante notar que as ações previstas incluem atividades pedagógicas, psicológicas e sociais, visando à melhor adaptação do estudante ao ambiente escolar, que deve acolhê-lo e acompanhá-lo em todo o processo.

Concluindo, neste capítulo foram discutidas questões relacionadas à trajetória do ensino médio no Brasil, sua importância para o desenvolvimento do país e seus desafios. Especialmente, foram abordados temas relativos às mudanças pelas quais passou esse grau de ensino no país ao longo dos anos e as consequências dessas mudanças no cenário atual. Como tema central, destaca-se a questão do abandono e da evasão escolar, problema persistente e de difícil enfrentamento.

Nesta dissertação, o tema abandono e evasão escolar tem sido discutido com vistas a atingir o objetivo proposto, que tem norteado toda a construção do trabalho, qual seja, **analisar de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar.**

Assim, a construção deste referencial teórico baseou-se nas discussões de estudiosos sobre o tema, tais como Nobre *et al.* (2023); Lima *et al.* (2020), Nobre (2021), Lima *et al.* (2019), Branco *et al.* (2019), Boto (2022), Gatti (2020), Ferreira (2006), Silva Filho & Araújo (2017) e Gallindo & Cruz (2017). Esses autores integram o marco teórico desta dissertação, que serviu de base para delinear a metodologia da pesquisa, descrita no próximo capítulo.

### 3 Metodologia

A metodologia de pesquisa adotada para o levantamento dos dados necessários para atingir o objetivo proposto para esta dissertação, que é analisar de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar, está descrita neste capítulo. Dessa forma, são apresentados todos os procedimentos metodológicos, começando pela caracterização da pesquisa, seguindo-se os procedimentos de coleta de dados, a descrição da unidade de análise e observação/população e amostra, finalizando com a descrição dos procedimentos de análise de dados, objetivando a resolução ou minimização do problema apresentado.

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa de campo utilizada busca uma integração dos dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e documental. Conforme relato de Gil (1991) e Vergara (2000), a pesquisa pode ser caracterizada quanto aos meios e quanto aos fins. Neste trabalho adotou-se a pesquisa descritiva que, segundo Vergara (2000, p. 47), é a mais adequada quando se quer expor as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo variáveis e definindo a natureza. Os fenômenos não possuem obrigação para serem explicados, mas a pesquisa possui a base de explicação.

A pesquisa descrita no presente estudo, quanto aos meios, pode ser caracterizada como qualitativa. Esse tipo, segundo Denzin *and* Lincoln (2000, p. 1):

Envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objeto de estudo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele.

Bryman (1989) considera que a pesquisa se encaixa também na vertente quantitativa, na medida em que se quer mensurar o índice de evasão escolar, medindo as relações entre variáveis associadas e obtendo informações da população das escolas de nível médio em Itabira.

### 3.2 Procedimentos de coleta de dados

O pesquisador dirigiu-se às escolas selecionadas e apresentou as cartas de autorização para a pesquisa (Apêndice A). Concedidas as autorizações, foram agendadas visitas para a análise documental.

A fim de conhecer as estratégias adotadas para a permanência do estudante nas escolas públicas de Itabira, foi aplicado um questionário (Apêndice B) dividido em dois blocos. No primeiro, foram coletados dados básicos para a caracterização dos respondentes; no segundo, foram apresentadas questões específicas, com vistas a coletar dados que possibilitassem responder aos objetivos específicos delineados para esta pesquisa.

O questionário foi organizado no *Google forms* (<https://forms.gle/4LSXeAcv43zm8pyX7>) e ficou disponível para preenchimento entre os dias 14 e 25 de novembro de 2023. O *link* foi encaminhado para diretores e especialistas/pedagogos das cinco escolas públicas selecionadas segundo critérios previamente definidos pelo pesquisador (escolas públicas estaduais e que oferecem o ensino médio na cidade de Itabira – MG), em visita presencial.

A coleta de dados também foi realizada por meio de análise documental de relatórios fornecidos pelas escolas, com dados de alunos aprovados, reprovados e que pararam de frequentar as aulas (não retornando, não solicitando transferência), considerados evadidos. A análise abrangeu cinco escolas públicas estaduais de Itabira para mapear o índice de evasão de alunos durante o período da pandemia e no pós-pandemia.

A análise documental também foi o procedimento utilizado para coletar dados relativos aos resultados do programa Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar nas instituições estaduais de ensino de Minas Gerais, elaborado pelo governo estadual. Esses dados foram levantados considerando-se as matrículas e a frequência dos alunos. O roteiro de observação encontra-se no Apêndice C.



### **3.3 Unidade de análise e observação/população e amostra**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Destaca-se que, em uma escala de zero a 10, seis é uma boa média, comparável, inclusive, a países desenvolvidos. Em 2019, Itabira alcançou a média nota 4,00, enquanto Minas Gerais e o Brasil 3,9; ou seja, naquele ano, a cidade apresentou Ideb maior do que a média do estado e do país (IBGE, 2023). De acordo com o último censo, a cidade de Itabira possuía população de 113.343 pessoas e densidade demográfica de 90,41 habitantes por quilometro. Na área da educação a cidade possui 17 escolas de ensino médio (IBGE, 2022).

A população-alvo, conforme Malhotra (2012), são os indivíduos objeto de estudo que detêm as informações desejadas e sobre os quais se pretendem fazer inferências a partir de determinada amostra. Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas cinco escolas de ensino médio públicas estaduais localizadas na cidade de Itabira-MG. Mais especificamente, objetivou-se analisar os índices de abandono e evasão no ensino médio dessas escolas, bem como os resultados dos programas de controle do abandono e da evasão escolar desenvolvidos nessas escolas.

A unidade de análise consistiu em cinco escolas públicas localizadas na região central de cidade, o que favorece o melhor acesso aos estudantes. A Tabela 2 apresenta os dados das escolas selecionadas.

**Tabela 2**  
Dados das escolas selecionadas

<b>Escola</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Oferta</b>
Escola Estadual Antônio Linhares Guerra	Escola urbana/ pública/ estadual	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio	Escola urbana/ pública/ estadual	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos Atendimento Educacional Especializado.
Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro	Escola urbana/ pública/ estadual	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos.
Escola Estadual Professor Emílio Pereira de Magalhães	Escola urbana/ pública/ estadual	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos. Atendimento Educacional Especializado.
Escola Estadual Professora Palmira Morais	Escola urbana/ pública/ estadual	Ensino Fundamental, Ensino Médio. Atendimento Educacional Especializado.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Como se pode observar, o ensino médio pode ser caracterizado como regular; educação de jovens adultos (EJA); ensino médio em tempo integral (Emti) e ensino médio em tempo integral profissionalizante (Emtip). Nesta última modalidade, o aluno adquire a formação no ensino médio acrescido de um curso técnico.

As duas opções de Emti e Emtip, entre as 17 escolas da cidade, são oferecidas apenas pela Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio; Escola Estadual Professor Emílio Pereira de Magalhães; e Escola Estadual Professora Palmira Morais.

A unidade de observação da pesquisa constitui-se no ensino médio oferecido nas escolas selecionadas, que com a soma das tabelas de 2023 possui 2.923 matrículas de alunos.

### **3.4 Procedimento de análise de dados**

Após a coleta dos dados, por meio da pesquisa documental e dos questionários, eles foram tratados utilizando-se as técnicas de análise mais adequadas para cada uma das vertentes da pesquisa.

A análise dos dados qualitativos foi realizada utilizando-se a análise de conteúdo. Bardin (2004) explicita que a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que busca aperfeiçoamento constantemente e que se aplica a discursos diversificados. Essa técnica é muito utilizada na área das Ciências Sociais, pois tem como objetivos mostrar o que está implícito no texto, por meio de decodificações de mensagens. A análise de conteúdo consegue tratar as informações a partir de um roteiro previamente específico e estabelecido. Para o seu processamento ela se divide em três fases: a primeira é a pré-análise, quando os documentos são escolhidos e classificados de acordo com os objetivos da pesquisa. A segunda é a exploração do material, quando são aplicadas técnicas bem específicas para atingir os objetivos propostos da pesquisa. E a última fase é o tratamento dos resultados e interpretações, sempre se norteando pelos objetivos da pesquisa.

Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se, em parte, o próprio sistema do *Google*, que gera gráficos simples. Entretanto, em casos em que surgiu a necessidade de explorar o que o *Google* não informa, foram utilizados os *softwares Excel* e *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* na versão 18, para realização dos cálculos estatísticos. Todos os dados, tanto do *Google* quanto do SPSS, foram exibidos em formato de gráficos e/ou tabelas no capítulo de apresentação dos resultados.

A fim de fornecer uma visão mais sistematizada dos caminhos metodológicos da pesquisa, apresenta-se, na Tabela 3, uma síntese que correlaciona os objetivos específicos com as discussões teóricas realizadas, com os instrumentos de coleta dados e com a técnica a ser empregada na análise desses dados.

**Tabela 3**  
Síntese da metodologia de pesquisa

<b>Objetivos</b>	<b>Autores</b>	<b>Procedimentos de coleta de dados</b>	<b>Procedimentos de análise dos dados</b>
Mapear o índice de evasão de alunos do ensino médio na região de Itabira durante o período da pandemia e no pós-pandemia, por meio de pesquisas nas escolas	Nobre <i>et al.</i> (2023) Lima <i>et al.</i> (2020) Nobre (2021) Lima <i>et al.</i> (2019)	Análise documental	Análise de Conteúdo
Descrever as estratégias adotadas para a permanência do estudante nas escolas públicas de Itabira	Branco <i>et al.</i> (2019) Cury (2002) Krawczyk (2011) Boto (2022) Gatti (2020) Ferreira (2006)	Pesquisa de campo Questionários	Análise de conteúdo
Avaliar os resultados do Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão da SEE-MG em cinco escolas na cidade de Itabira-MG	Silva Filho e Araújo (2017) Gallindo & Cruz (2017) SEE-MG, 2023	Pesquisa de campo Questionários	Análise de conteúdo

Fonte: elaborada pelo autor, 2023.

Os resultados das análises dos dados coletados serão apresentados no próximo capítulo.

## **4 Apresentação e Discussão dos Resultados**

Neste capítulo são apresentados e discutidos os dados da pesquisa. Os resultados estão organizados em quatro partes. Inicialmente, tem-se a caracterização do cenário da pesquisa, especialmente da Superintendência Escolar de Nova Era (SRE), que abrange as escolas da região de Itabira, visando melhor compreensão do estudo realizado. Na sequência, são destacadas a coleta das matrículas por série do ensino médio de 2020 a 2023 nas escolas da rede estadual de Itabira, procurando demonstrar as variações no número de matrícula e de abandono e evasão escolar. Apresentam-se também as estratégias adotadas para a permanência do estudante nas escolas públicas de ensino médio. Logo após, relatam-se os resultados dos planos de enfrentamento ao abandono e à evasão escolar.

### **4.1 O cenário da pesquisa**

A Superintendência Escolar de Nova Era (SRE) localiza-se desde 15/10/1971 na rua Carlos Augusto Felipe, nº 71, no bairro Serra, na cidade de Nova Era-MG. Sua criação se deu por meio pelo Decreto nº 12.480 de 03/03/1970, uma instituição pública com finalidade de exercer, regionalmente, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração estado e municípios, estabelecendo consonância com as diretrizes e políticas educacionais.

A SRE subdivide-se em três diretorias - Diretoria Educacional, Diretoria de Pessoal e Diretoria Administrativa e Financeira - e uma Assessoria de Gabinete, que visam dar suporte às escolas a ela jurisdicionadas.

#### **4.1.1 As escolas**

A SRE abrange 55 escolas estaduais e um colégio (Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM - Unidade Dr. José de Grisólia), escolas da rede municipal, escolas privadas dos 15 municípios: Bela Vista de Minas, Dionísio, Ferros, Itabira, Itambé do Mato Dentro, João Monlevade, Nova Era, Passabém, Rio Piracicaba, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio

Abaixo, São José do Goiabal e São Sebastião do Rio Preto. O quadro de pessoal atual é composto de 105 funcionários.

A cidade de Itabira foi escolhida como fonte de pesquisa e realização do trabalho, destacando-se sua relevância como “Cidade do Ferro”, sendo o berço da Companhia Vale do Rio Doce, chamada atualmente de Vale. Em meados do século XVIII, a extração de minério de ferro tornou-se sua principal atividade econômica.

O município, de acordo com o Censo de 2022, localiza-se no interior do estado de Minas Gerais, região Sudeste do país, no Quadrilátero Ferrífero, a leste da capital do estado, distando desta cerca de 110 km.

Na cidade de Itabira estão localizadas as escolas estaduais Antônio Linhares Guerra, Mestre Zeca Amâncio, Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, Professor Emilio Pereira de Magalhães e Professora Palmira Moraes, que se constituem no foco desta pesquisa. Essas escolas estão localizadas na zona central da cidade e possuem maior número de alunos matriculados. São também as escolas com maior concentração de diretores, coordenadores, especialistas e professores que têm contato direto com os alunos. Dessa forma, são as escolas com mais probabilidade de responder aos objetivos desta pesquisa.

#### ***4.1.2 A pesquisa documental: caracterização das escolas***

A pesquisa documental realizada nas escolas apurou os números de matrículas com suas variações no ensino médio regular, ensino médio integral regular, ensino médio integral/profissionalizante e ensino médio educação de jovens e adultos. Os dados coletados estão organizados em tabelas por escola. Cada tabela apresenta o número de matrícula por turma, nos anos de 2020 a 2023. As Tabelas 4 a 7 resumem os dados de matrículas por ano (2020 a 2023) na EE Antônio Linhares Guerra.

**Tabela 4**

Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2020

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º	176
Médio Regular	2º	157
Médio Regular	3º	140
Médio Jovens e Adultos	1º	62
Médio Jovens e Adultos	2º	25
Médio Jovens e Adultos	3º	37
<b>Total</b>	<b>6 turmas</b>	<b>597 matrículas</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 5**

Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2021

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º	197
Médio Regular	2º	173
Médio Regular	3º	127
Médio Jovens e Adultos	1º	52
Médio Jovens e Adultos	2º	43
Médio Jovens e Adultos	3º	71
<b>Total</b>	<b>6 turmas</b>	<b>663 matrículas</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 6**

Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2022

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	2º	187
Médio Regular	3º	136
Médio Jovens e Adultos	2º	20
Médio Jovens e Adultos	3º	48
<b>Total</b>	<b>4 turmas</b>	<b>391 matrículas</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 7**

Escola Estadual Antônio Linhares Guerra em 2023

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º	260
Médio Regular	2º	187
Médio Regular	3º	159
Médio Integral Profissional	1º	33
Médio Jovens e Adultos	3º	19
<b>Total</b>	<b>6 turmas</b>	<b>658 matrículas</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023. Questionário nas escolas.

De acordo com os dados apresentados nas Tabelas 8 a 11, a Escola Estadual Antônio Linhares Guerra tinha, em 2020, 597 alunos em seis turmas de nível médio, incluindo jovens e adultos. Já em 2021 tinha 663 alunos, mantendo, na mesma quantidade de turmas, aumento de 66 alunos, ou seja, 9,05%. Já em 2022, como não foram formadas turmas de jovens e adultos, foram 391 alunos, redução de 272 alunos em relação a 2021, o que corresponde a 41,03%.

Em 2023 houve recuperação do número de matrículas - 658 alunos, sendo 267 a mais que em 2022, aumento de 59,42%. Isso se deu ao retorno da turma de 1º médio regular, implantação do 1º médio integral profissional, mas inexistência do 1º e 2º médio jovens e adultos.

As Tabelas 8 a 11 resumem os dados de matrículas por ano (2020 a 2023) na Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio.

### **Tabela 8**

Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2020

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	302
Médio Integral	322
Médio Jovens e Adultos	37
<b>Total</b>	<b>661 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

### **Tabela 9**

Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2021

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	108
Médio Integral	455
Médio Jovens e Adultos	78
<b>Total</b>	<b>641 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

### **Tabela 10**

Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2022

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	208
Médio Integral/Profissional	396
Médio Jovens e Adultos	20
<b>Total</b>	<b>624</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

### **Tabela 11**

Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio, 2023

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	219
Médio Integral/Profissional	439
Médio Jovens e Adultos	122
<b>Total</b>	<b>780 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

A Escola Mestre Zeca Amâncio é considerada a maior de Itabira, tanto em número de matrículas quanto em relação ao espaço físico e modalidades de ensino médio. As turmas não foram separadas na tabela, devido ao modelo de apresentação dos dados



pela instituição, mas traz a separação nos níveis de ensino médio regular; integral/profissional e médio jovens e adultos da instituição com quantidade de alunos.

Em 2020 apresentava o total de 661 alunos com as modalidades de médio regular, integral/profissional e jovens/adultos. No ano seguinte, 2021, houve diminuição de 20 alunos, correspondendo a 3,03%. Destaca-se maior diminuição no regular, porém aumenta o integral/profissional, o qual é o atual projeto do governo, mas que exige ainda maior percentual no integral.

Já em 2022, o número de matrículas caiu para 624, diminuição de 17 alunos (2,65%). As matrículas no ensino regular, no entanto, voltaram a aumentar, ao contrário do ensino integral/profissional, que passou de 455 alunos para 396. Nesse caso, ocorreram transferências de alunos entre modalidades de ensino na mesma instituição.

Em 2023 já há mostras de recuperação, aumentando 156 alunos em relação a 2022. Trata-se de aumento de alunos em todas as modalidades de ensino médio. O percentual de aumento corresponde a 25%, que pode ser creditado às estratégias de combate ao abandono e evasão escolar.

As Tabelas 12 a 15 resumem os dados de matrículas por ano (2020 a 2023) na Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães.

### **Tabela 12**

Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2020

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 2 turmas	55
Médio Regular	2º - 2 turmas	51
Médio Regular	3º - 2 turmas	54
<b>Total</b>	<b>6 turmas</b>	<b>160 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

### **Tabela 13**

Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2021

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 1 turma	49
Médio Integral	2º - 2 turmas	52
Médio Regular	3º - 2 turmas	48
<b>Total</b>	<b>5 turmas</b>	<b>149 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 14**

Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2022

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 2 turmas	68
Médio Regular	2º - 1 turma	40
Médio Integral	3º - 1 turma	37
<b>Total</b>	<b>4 turmas</b>	<b>145 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 15**

Escola Estadual Professor Emilio Pereira de Magalhães, 2023

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 2 turmas	88
Médio Integral	2º - 1 turma	34
Médio Regular	2º - 1 turma	41
Médio Regular	3º - 1 turma	20
<b>Total</b>	<b>5 turmas</b>	<b>183 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

A Escola Professor Emilio Pereira de Magalhães iniciou o ano de 2020 com 160 alunos em seis turmas, trabalhando somente com ensino médio regular. Em 2021 passou para cinco turmas com 149 alunos, diminuição de 11 alunos, correspondendo à baixa de 6,87% nas matrículas.

Em 2022, o número de alunos continuou a diminuir, passando para 145 em quatro turmas, diferença de mais quatro alunos, correspondendo à perda de 2,68% nas matrículas. Em 2023 confirmou a recuperação com 183 alunos, crescimento de 14,38% em matrículas comparado a 2020, mas mantendo o número de turmas de 2022. A escola, assim, comprova sua superação contra abandono e evasão escolar.

As Tabelas 16 a 19 resumem os dados de matrículas por ano (2020 a 2023) na Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro.

**Tabela 16**

Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2020

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 12 turmas	443
Médio Regular	2º - 10 turmas	407
Médio Regular	3º - 9 turmas	366
<b>Total</b>	<b>31 turmas</b>	<b>1.216 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 17**

Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2021

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 8 turmas	329
Médio Regular	2º - 14 turmas	463
Médio Regular	3º - 11 turmas	420
<b>Total</b>	<b>33 turmas</b>	<b>1.212 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 18**

Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2022

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 9 turmas	351
Médio Regular	2º - 9 turmas	331
Médio Regular	3º - 9 turmas	336
Médio Jovens e Adultos	1º - 1 turma	22
<b>Total</b>	<b>28 turmas</b>	<b>1.040 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 19**

Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, 2023

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 11 turmas	447
Médio Regular	2º - 9 turmas	359
Médio Regular	3º - 8 turmas	269
<b>Total</b>	<b>28 turmas</b>	<b>1.075 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

A EE Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro tinha, em 2020, 1.216 alunos matriculados em 31 turmas. Em 2021 aumentaram duas turmas, mas houve diminuição de quatro matrículas passando para 1.212, uma diminuição (0,33%). Em 2022, as matrículas continuaram a diminuir, reduzindo também cinco turmas, perda de 172 alunos (14,19 %), passando para 1.040 matrículas.

Atualmente, em 2023, a escola está em recuperação de alunos, com 1.075 matrículas, mantendo o número de turmas, mas com mais 35 alunos, aumento de 3,37% em relação a 2022, como resultado do trabalho contra o abandono/evasão escolar.

As Tabelas 20 a 23 listam os dados de matrículas por ano (2020 a 2023) na Escola Estadual Professora Palmira Moraes.

**Tabela 20**

Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2020

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 2 turmas	82
Médio Regular	2º - 2 turmas	62
Médio Regular	3º - 2 turmas	66
<b>Total</b>	<b>6 turmas</b>	<b>210 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 21**

Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2021

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 2 turmas	80
Médio Regular	2º - 2 turmas	80
Médio Regular	3º - 2 turmas	52
<b>Total</b>	<b>6 turmas</b>	<b>212 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 22**

Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2022

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 1 turma	34
Médio Integral	1º - 1 turma	33
Médio Integral Profissional	1º - 1 turma	51
Médio Regular	2º - 4 turmas	151
Médio Regular	3º - 2 turmas	61
<b>Total</b>	<b>9 turmas</b>	<b>330 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

**Tabela 23**

Escola Estadual Professora Palmira Morais, 2023

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Série / Turma</b>	<b>Número de matrículas</b>
Médio Regular	1º - 3 turmas	88
Médio Integral	1º - 1 turma	17
Médio Integral	2º - 1 turma	14
Médio Integral Profissional	1º - 2 turmas	39
Médio Integral Profissional	2º - 1 turma	16
Médio Regular	2º - 2 turmas	53
<b>Total</b>	<b>9 turmas</b>	<b>227 alunos</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

A Escola Professora Palmira Morais iniciou 2020 com 210 alunos distribuídos em seis turmas. Em 2021 manteve o número de turmas e até aumentou em duas matrículas (1%). Já em 2022 ocorreu aumento de turmas, passando de seis para nove, elevando o número de alunos para 330 alunos. Com a implantação do ensino médio integral/profissional houve 84 novas matrículas e outras 34 foram conseguidas no regular, que se manteve devido à alternância em escolas dentro da cidade. Atualmente, em 2023, foi mantido o número de turmas, mas cinco delas são

integral/profissional e apenas três do médio regular (antes eram sete turmas). As matrículas, portanto, caíram para 103 alunos, o que corresponde à queda de 31,21%.

De acordo com os dados apresentados nas Tabelas 4 a 23, somente a Escola Professora Palmira Morais não obteve recuperação em 2023, porém efetuou forte implantação do integral/profissional. A Escola Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro não implantou integral/profissional, teve suas variações e está conseguindo recuperação. A Escola Mestre Zeca Amâncio e a Escola Professor Emilio Pereira de Magalhães se destacaram pela recuperação e por já estarem atualmente com número de matrículas maiores que em 2020, mas observa-se que a Escola Professor Emilio Pereira de Magalhães não implantou o médio/integral. Outro destaque é o ensino médio de jovens e adultos, que continua com espaço aberto para a sociedade na escola Antônio Linhares Guerra e Mestre Zeca Amâncio, tipo de ensino que é trabalhado no combate ao abandono/evasão escolar.

#### **4.2 Apresentação e discussão dos dados coletados por meio do questionário**

A fim de alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, foi organizado um questionário semiestruturado na plataforma *Google forms*, conforme já descrito no capítulo Metodologia. O questionário constou de dois blocos. No primeiro buscou-se obter dados básicos sobre os respondentes (nome da escola em que atuam, formação, cargo que ocupam, tempo de permanência no cargo). Foram coletadas 56 respostas e os resultados estão apresentados nas próximas seções. Inicialmente serão apresentadas as respostas às questões do bloco I e, a seguir, as respostas às questões do bloco II.

##### **4.2.1 Caracterização dos respondentes – Bloco I**

Para melhor visualização e compreensão, os dados obtidos por meio das respostas do bloco I estão organizados em tabelas. As questões constantes desse bloco tiveram como objetivo traçar o perfil dos respondentes, a fim de verificar em que medida sua visão das escolas e do contexto pode contribuir para o alcance dos objetivos propostas para esta pesquisa. Foram coletadas 56 respostas e os resultados estão resumidos nas Tabelas 24 a 27.

**Tabela 24**

Escola em que os respondentes atuam

Escola	Participantes	Percentual
EE Antônio Linhares Guerra	8	14%
EE Mestre Zeca Amâncio	22	39%
EE Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro	10	18%
EE Professor Emilio Pereira de Magalhães	8	14%
EE Professora Palmira Morais	8	14%
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

Os dados coletados mostram que a maioria dos participantes (39%) atua na EE Mestre Zeca Amâncio, seguindo os que atuam na EE Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro (18%). Nas demais três escolas atuam 14% dos respondentes em cada uma delas. Esse quadro é coerente com a realidade da rede estadual da cidade, já que a EE Mestre Zeca Amâncio e a EE Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro são as maiores de acordo a pesquisa documental de matrículas de alunos, com mais professores também.

**Tabela 25**

Formação dos respondentes

Formação	Participantes	Percentual
Superior/superior completo	35	63%
Pós-graduação/Especialização	18	32%
Mestrado	3	5%
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

As respostas sobre a formação dos que responderam o questionário foram agrupadas em três categorias: superior, pós-graduação/especialização e mestrado. Na apuração considerou-se o maior nível declarado, pois, logicamente, um mestre também tem ensino superior completo. Dessa forma, 63% dos respondentes declararam ter cursado o ensino superior completo. A área da formação dos respondentes é bastante variada: há bacharéis, licenciados e especialista em Letras, Matemática, Física, Química, Educação Física, Pedagogia, Geografia, entre outros; 32% afirmaram ter cursado a pós-graduação ou especialização e 5% declararam ter concluído o mestrado.

**Tabela 26**  
Cargo que ocupam

Escola	Participantes	Percentual
Professor/Professora	46	82%
Diretor/Diretora	3	5,5%
Vice diretor/diretora	3	5,5%
Especialista	4	7%
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

De acordo com os dados, 63% dos que responderam ao questionário são professores, incluindo-se nessa categoria os professores de apoio. Os dados indicam também que pode haver sobreposição de cargos, que ocorre quando um professor exerce também a função de diretor, vice-diretor ou especialista. Isso pode ocorrer em turnos diferentes, na mesma escola.

**Tabela 27**  
Tempo no cargo

Escola	Participantes	Percentual
Até um ano	9	16%
De dois a cinco anos	10	18%
De seis a 10 anos	6	11%
Acima de 10 anos	31	55%
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa 2023.

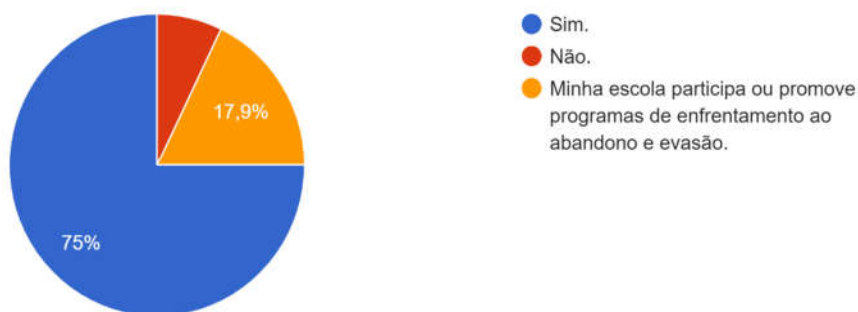
Quanto ao tempo no cargo, chama a atenção o percentual dos respondentes com mais de 10 anos no cargo (55%). Entre esses, há os que atuam há 20 anos ou mais (18 respondentes), o que pode indicar conhecimento mais aprofundado da escola e seus problemas, como o do abandono/evasão. Seguem os que estão no cargo entre três meses e 10 anos (35%).

Resumindo, os respondentes, majoritariamente, são professores e estão no cargo há mais de 10 anos, possuem o ensino superior completo e atuam em uma das escolas selecionadas para esta pesquisa. Há 10 anos que ocupam o cargo de diretor/vice-diretor e/ou especialista. Essas características podem favorecer a visão dos respondentes sobre a questão do abandono/evasão escolar levantada por esta pesquisa.

#### 4.2.2 Causas e enfrentamento do abandono e evasão no Ensino Médio - Bloco II

A fim de atingir os objetivos propostos para esta pesquisa, a organização do questionário aplicado baseou-se no mapa conceitual elaborado por Branco *et al.* (2019), apresentado na Figura 3 deste trabalho. Dessa forma, os dados estão apresentados por meio de gráficos e de descrições dos resultados. Todas as questões foram respondidas pelos professores, diretores, vice-diretores e especialistas já apresentados na seção anterior. A apresentação dos resultados segue a ordem das perguntas do questionário aplicado. Em algumas perguntas, foi solicitado que os respondentes complementassem as informações, o que gerou respostas textuais que também serão apresentadas e comentadas.

As primeiras quatro questões do questionário referem-se ao enfrentamento do abandono e da evasão nas escolas analisadas. Para cada questão foi gerado um gráfico, que é apresentado e discutido. A primeira questão buscou investigar se as escolas estão utilizando o Plano de Enfrentamento ao Abandono e Evasão Escolar elaborado pela SEE-MG. As respostas para essa questão estão ilustradas na Figura 7.



**Figura 7**

Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar da SEE-MG.

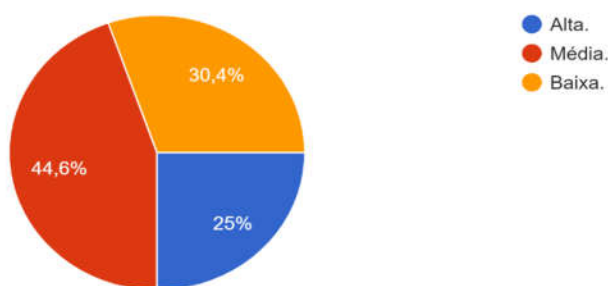
Fonte: dados da pesquisa 2023.

Ao serem questionados se as escolas trabalham o Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar implantado pelo governo de Minas Gerais, 75% responderam que sim, 7,10% responderam que não e 17,9% alegaram que trabalham outros tipos de planos, mas, nesse grupo, todos estão associados ao mesmo plano.



No caso de participação em outros programas sobressai-se a resposta de uma professora da Escola Palmira de Moraes, relatando o trabalho de reforço escolar em alunos com dificuldades escolares, tratando-se de aulas nas mesmas disciplinas com outros professores, reforçando o conteúdo, sendo um trabalho mais individualizado também.

Quando questionados sobre a expectativa de sucesso do Programa da SEE-MG (Questão 2), os respondentes se posicionaram conforme mostra a Figura 8:



### Figura 8

Expectativa em relação ao sucesso do programa da SEE-MG ou de outros programas no controle do abandono e da evasão escolar.

Fonte: dados da pesquisa 2023. Questionário na escola.

Os dados retrataram que **há** expectativa de sucesso do Programa da SEE-MG e além de outras formas de controle do abandono e da evasão escolar, é alta para 25% deles; 30,4% têm baixa expectativa; e 44,6% têm expectativa média. A maioria mantém esperança na viabilidade das providências para reduzir o abandono e a evasão escolar em Minas, o que pode ajudar na retomada do crescimento da educação em Minas Gerais. Nessa questão, os respondentes foram convidados a justificar suas respostas, o que gerou posicionamentos bem interessantes.

Para alguns, a expectativa é baixa, porque “os alunos abandonam a escola por necessidade de trabalhar”; “falta profissionais para atender às inúmeras demandas escolares” (*sic*); “o ensino médio não está atraente da forma que o Estado propõe”. Alguns ainda atribuem sua baixa expectativa a problemas estruturais nas escolas: “O Busca Ativa é um bom projeto, porém, a escola necessita de um telefone que liga para celular e, com tantas demandas da gestão, o trabalho é desafiador” e “não vejo efetividade das ações ainda. É necessário o envolvimento dos responsáveis e

alterações estruturais além da escola, para que esse tipo de programa se efetive”. Há também os que reconhecem a falta de funcionários nas escolas, falta de condições de trabalho para os professores e o pouco envolvimento da comunidade.

Os que declararam ter altas expectativas justificam afirmando acreditar que “o resultado da busca ativa está sendo muito positivo. Só neste mês o retorno de seis estudantes de uma só turma mostra que todo o trabalho está gerando bons resultados”. Alguns se posicionaram de forma mais crítica, fazendo uma análise mais aprofundada da questão proposta:

Os que evadem, na maioria, é por incompatibilidade do horário da escola com trabalho, estágio ou por desvio de conduta, uso de drogas, etc. Nesses casos, a maior parte prioriza o trabalho e não volta e outros se perdem nas adversidades do mundo. Quando as famílias se empenham e são parceiros da escola, conseguimos resgatar esses alunos.

A equipe realiza um trabalho sistemático, processual com grande envolvimento de todos e isso tem resultado positivamente em diversos aspectos na formação integral dos discentes. Nós preocupamos em tratar nossos alunos com respeito, carinho e estamos atentos às demandas trazidas por eles e o trabalho de escuta individual e atividades coletivas tem sido bem positivo.

Os respondentes que têm média expectativa em relação aos resultados de planos de enfrentamento ao abandono e à evasão escolar justificaram sua avaliação ressaltando a necessidade de mais incentivo ao aluno; melhores condições de trabalho para os professores; a necessidade de trabalho dos jovens; adequação à realidade da escola; presença da família para planos de enfrentamento, mas defendem planos do governo em definição e estruturação.

A questão financeira também é bem relatada, considerando-se que se sobrepõe a qualquer outra situação, já que é preciso pagar por tudo, como moradia e alimentação. Assim, o estudante se vê na obrigação de escolher trabalhar ou estudar.

Quanto a essa questão, diretores de quatro das escolas selecionadas apresentaram uma análise mais aprofundada do problema proposto. A direção da Escola Professora Palmira Morais é um exemplo do posicionamento que tem média expectativa em relação ao plano. Para ela, os alunos que evadem, na maioria, são por

incompatibilidade do horário da escola com o do trabalho, estágio ou por desvio de conduta, uso de drogas, etc. Diante disso, a maior parte prioriza o trabalho e não retorna, outros se perdem nas adversidades do mundo. Outra observação é que quando as famílias se empenham e são parceiras da escola, consegue-se resgatar esses alunos.

Para a direção da Escola Antônio Linhares Guerra, há muita dificuldade na aplicabilidade da legislação. Há, ainda, o aprofundamento de questões sociais que intensificam o processo de abandono e evasão, por muitas vezes não ter pessoal suficiente para execução do programa.

A direção da Escola Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro (Premen) destaca que o governo responsabiliza a escola pelo abandono dos alunos, mas para escola a frequência é de responsabilidade da família.

Já para a direção da Escola Mestre Zeca Amâncio o ensino médio não está atraente da forma como o estado propõe, pois ocorrem pouca assistência e reduzidos recursos para entrar em contato com o estudante. Um dos professores considera que os alunos fogem do tempo integral. Direção e professores consideram nível baixo para os resultados dos planos.

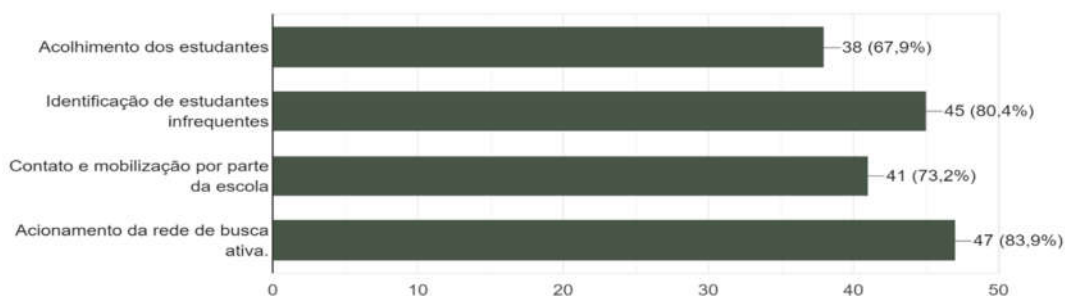
A questão 3 do questionário buscou apurar se, na opinião dos respondentes, os índices de abandono e evasão variaram com a aplicação dos programas de combate ao problema. A Figura 9 apresenta o resultado:



**Figura 9**  
Variação no índice de abandono e evasão.  
Fonte: dados da pesquisa (2023).

A maioria dos respondentes (64,3%) mencionou diminuição nos índices de evasão, enquanto que para 35,7% os índices se mantiveram os mesmos.

A seguir, os respondentes foram questionados sobre as ações sugeridas pelo plano da SEE-MG, que foram/estão sendo realizadas nas escolas para enfrentar o abandono e a evasão (pergunta 4). As respostas estão expressas na Figura 10.



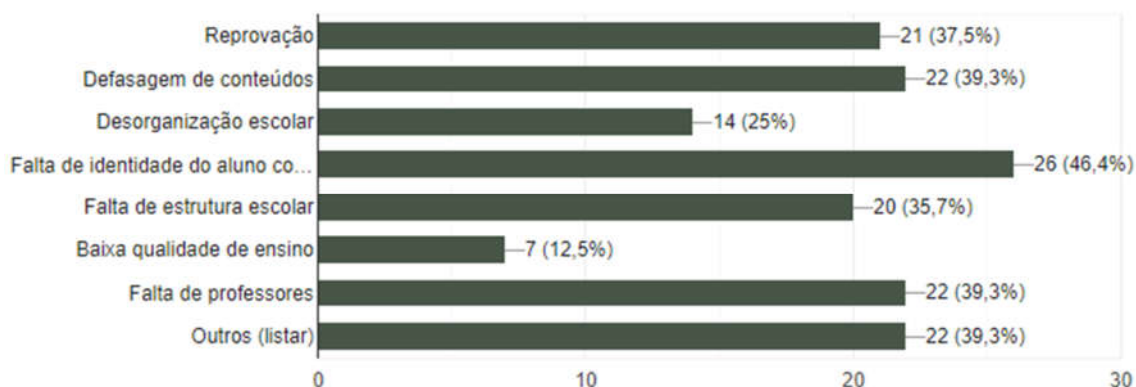
**Figura 10**

Ações sugeridas pelo programa da SEE-MG realizadas pelas escolas.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

No programa da SEE-MG são destacadas ações estratégicas como acolhimento dos estudantes; identificação de infrequentes; contato de mobilização por parte da escola. e acionamento da rede de busca ativa. Para 83,9% dos respondentes, o acionamento da busca ativa foi a ação mais constante nas escolas em que atuam, seguindo-se a identificação dos estudantes infrequentes (80,4%), o contato e a mobilização por parte da escola (73,2%) e o acolhimento aos estudantes (67,9%). Nesse aspecto em particular observa-se uma inversão das ações, uma vez que se espera que o acolhimento reduza o abandono e a evasão; no entanto, foi o acionamento da rede a ação mais frequente.

Como se pode notar pelas respostas, os respondentes demonstram conhecer o contexto escolar e a importância de ações coordenadas entre os diversos atores envolvidos, a fim de mitigar o abandono e a evasão escolar, o que pode ser evidenciado pelas respostas à questão 5. Nessa questão, buscou-se identificar os fatores internos que favorecem o abandono e a evasão escolar. A Figura 11 apresenta os resultados apurados para essa pergunta.



**Figura 11**

Fatores internos que favorecem a evasão escolar.

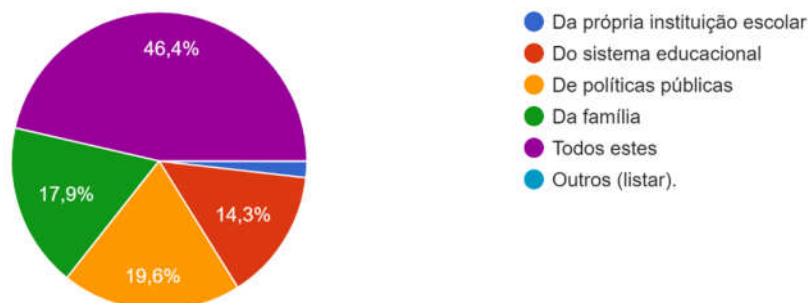
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Sobre os fatores internos que favorecem abandono e evasão, os mais destacados foram (46,4%) falta de identidade dos alunos com a escol; (39,3%) defasagem de conteúdos; (39,3%) falta de professores; (39,3%) com outros fatores; (37,5%) reprovação e (35%) falta de estrutura escolar. Entre esses foram citados o desinteresse pela escola, a falta de expectativa em relação ao mercado de trabalho e a desistência de esforço na qualificação. Também foram citadas a necessidade de o jovem ingressar no mercado de trabalho antes da conclusão do ensino médio; a falta de estrutura familiar; e as dificuldades financeiras familiares que acabam contribuindo para casos recorrentes de indisciplina e infração.

Assim, tem-se correlação com autores, como Boto (2022), relatando a necessidade de interação do aluno no ambiente escolar, devendo procurar estar mais perto da escola; Freire (2006), destacando que é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, tenha programas e seus métodos; crie uma educação que permita uma transformação no mundo; promova a adaptação do homem; busque reciprocidade; e faça a cultura e a história.

Já Lima *et al.* (2019) expuseram a necessidade de fortalecimento da educação, e isso antes da confirmação da pandemia. Demonstraram para a sociedade a sua ideia da necessidade de criação de respiros, brechas, intervalos para a reflexão crítica na escola e produção de afeto em ambientes virtuais, buscando sempre vencer desafios como a pandemia e sanar suas sequelas no ambiente educacional.

Na questão 6 abstrai-se a opinião dos sujeitos sobre a responsabilidade de intervenção para minimizar/evitar o abandono e a evasão escolar nas instituições. A Figura 12 apresenta os resultados.



**Figura 12**

Responsabilidade de minimizar a evasão.

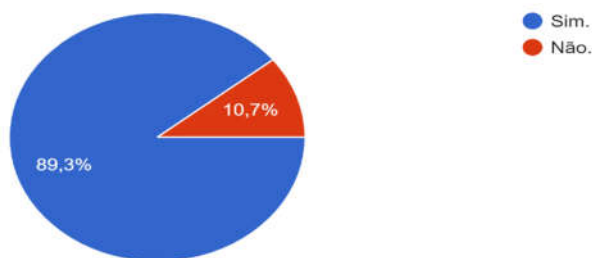
Fonte: dados da pesquisa 2023.

Ao se tratar de qual parte é responsabilidade de intervenção para minimizar/evitar o abandono e a evasão escolar nas instituições (46%) acreditam que a responsabilidade é compartilhada por todos esses agentes; (19,6%) a responsabilidade é das políticas públicas; (17,9%) julgam que a responsabilidade é da família; (14,3%) do sistema educacional e (1,8%) declarou acreditar que é da própria instituição escolar.

Esses dados confirmam a avaliação de Silva Filho e Araújo (2017), ou seja, situações que causam evasão e necessidade de intervenção de todos já estavam presentes na educação, sendo eles: a violência; condições sociais; falta de motivação; necessidade de trabalho para sustento; envolvimento com drogas, muitas reprovações; pouco relacionamento familiar.

Os colaboradores, ao serem abordados na questão 7 sobre a existência de relação entre a implantação do ensino médio integral e o abandono e/ou a evasão escolar (89,3%) avaliaram que existe essa relação e (10,7%) destacaram que não há relação (Figura 13).

Esse foi um dos questionamentos mais justificados na pesquisa em todas as escolas abordadas.



### Figura 13

Relação entre a implantação do EM integral e o abandono e/ou a evasão escolar.

Fonte: dados da pesquisa 2023.

Na direção da Escola Mestre Zeca Amâncio, que é a maior em quantidades de alunos e espaço e oferece mais atendimento em ensino integral, destaca-se a opinião da direção que justifica nitidez no aumento da evasão escolar após a implementação do ensino médio integral. A especialista enfatiza que os alunos querem trabalhar ou fazer um curso que a escola não está ofertando.

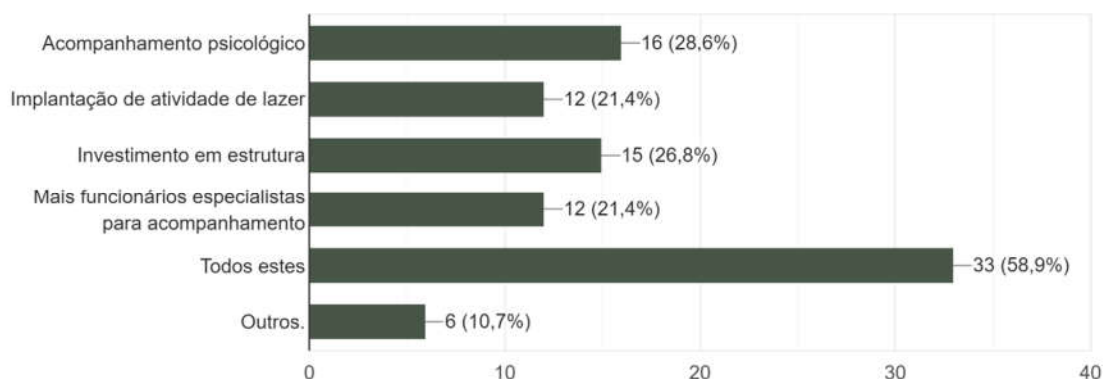
Na Escola Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro, um especialista destaca não ter relação entre integral e evasão, pois é possível controlar o tempo e que os alunos de hoje têm interesses diversos, inclusive pela necessidade do trabalho, e ainda há as diversas atividades (curso de línguas, cursinhos, academia, etc.).

Na Escola Professora Palmira Morais a direção também justifica a necessidade de trabalho, em que alunos precisam trabalhar para ajudar em casa e o tempo integral não possibilita; a estrutura das escolas é desconhecida e o estado não faz adoções nas escolas; o modelo de ensino não oferece bolsa de incentivo aos estudantes, isso acaba colaborando para a evasão; o aluno foge do integral e o ensino médio regular noturno tem sido uma opção viável para evitar a evasão.

Na Escola Antônio Linhares Guerra a direção e os professores também reforçam a necessidade de trabalho, ou seja, algo incompatível com o ensino médio em tempo integral e professores.

Na Escola Professor Emílio Pereira de Magalhães a opinião de professores reforça a necessidade do tempo para trabalhar e falta de interesse e motivação dos alunos, ressaltando-se a falta de investimento do estado.

Os respondentes também foram questionados (pergunta 8) sobre as ações que, no entendimento deles, as escolas poderiam propor para combater o abandono e a evasão escolar. A questão apresentou algumas opções, deixando livre o espaço para que eles complementassem com alguma ação que não tivesse sido listada. Os resultados estão apresentados na Figura 14.



**Figura 14**

Ações para combater o abandono e a evasão escolar.

Fonte: dados da pesquisa 2023.

A opinião dos respondentes expressa nessa questão mostra a necessidade de um bom número de ações para trabalhar com a questão do abandono e evasão, já que a opção “todos estes” alcançou o maior percentual das respostas (58,9%). Entre essas ações destacam-se o acompanhamento psicológico (28,6%), a implantação de atividades de lazer (21,4%); e investimento em infraestrutura (26,8%).

Também foi aludida a necessidade da presença de mais funcionários especialistas no acompanhamento escolar (21,4%). Quando perguntados, sugeriram outras opções de ações a serem desenvolvidas nas escolas, (10,7%) marcaram que sim. Nesse caso, solicitou-se que eles listassem as ações. As respostas demonstram que os colaboradores entendem necessidades que estão além do que a escola pode fazer.



Muitas vezes são questões estruturais ou que dependem de uma política dos governos ou mesmo de uma tomada de atitude das famílias. Seguem-se algumas respostas:

Ambiente mais democrático com assembleias escolares e incentivo da participação e envolvimento da comunidade escolar e uma política salarial decente para todos trabalhadores da educação.

Pedir o oferecimento de outro tipo de modalidade de estudo como, por exemplo, o regular.

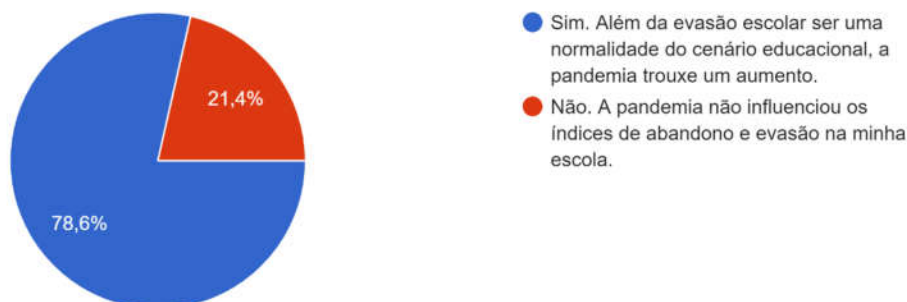
Bolsas de incentivo aos alunos do EMTI.

No caso do ensino médio, sem dúvidas estabelecer parceria com empresas que oferecem curso técnico e já têm uma estrutura toda montada para tal, onde o aluno pudesse estudar em um turno e no outro ir para escola especializada fazer um curso que vai lhe abrir oportunidades no mercado de trabalho e receber uma bolsa. Isso estaria condicionado à sua frequência na escola regular. Não adianta ficar romantizando o ensino para ilustrar falsas propagandas políticas, precisa urgente de algo concreto, palpável... a realidade brasileira precisa disso!

Contar com o apoio do governo para mostrar para as famílias que a responsabilidade pela permanência do filho na escola é dela.

Esses dados reforçam a ideia de Tinto (1993) de que a evasão acontece quando o indivíduo não está integrado coerentemente ao sistema acadêmico e social da escola; daí a percepção, por parte dos respondentes, da importância de despertar no estudante o sentimento de pertencimento e integração à instituição e às pessoas nela presentes.

A partir da questão 9, buscou-se averiguar a relação entre a pandemia pela Covid-19 e o abandono/evasão escolar. A Figura 15 apresenta a opinião dos respondentes sobre essa relação.



**Figura 15**

A pandemia e sua relação com abandono e a evasão nas escolas.

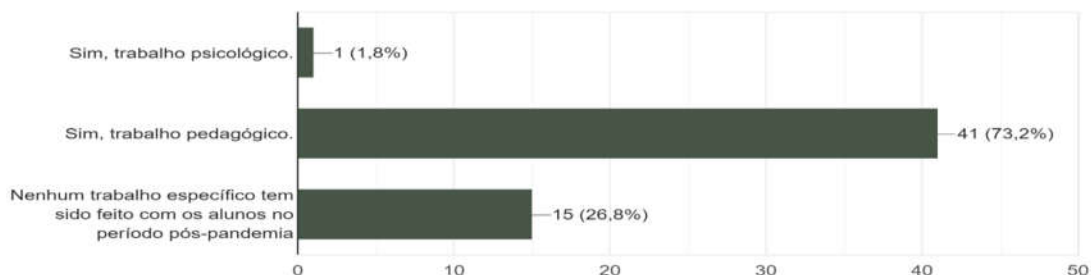
Fonte: dados da pesquisa 2023.

Ao serem questionados nas escolas sobre a influência da pandemia no aumento do abandono e da evasão no ambiente escolar (78,6%) destacam que sim, além de a evasão escolar ser uma normalidade no cenário educacional, a pandemia trouxe aumento. Já (21,4%) relataram que não (a pandemia não influenciou os índices de abandono e evasão na minha escola).

Dessa forma, é uma porcentagem de influência muito alta destacada pelos profissionais de educação, sendo confirmados também como os das tabelas de cada escola com as modalidades de ensino, séries/turmas e número de matrículas. Os respondentes, mesmo sabendo que os índices aumentaram, não souberam especificar de quanto foi esse aumento.

O assunto é atual, sendo muito discutido. Para Nobre *et al.* (2023), trata-se de um resumo mais detalhado sobre a influência da pandemia na educação em todo o mundo. Asseveram que ocorreram alterações em fluxos sociais. A educação está com implantações em todos os níveis de ensino, principalmente no ensino médio, uma fase em que o adolescente tem seu amadurecimento, ou seja, uma conduta adequada para seguimento da vida. Mas com a pandemia o aprendizado educacional foi muito prejudicado, pois foi pouco repassado presencialmente, e de forma não presencial teve grande falhas, elevados números de reprovações e aprovações (sem aprendizado) no ensino. A escola no período atual necessita de grandes transformações, pesquisas, busca de investimentos (Pedagogia, Psicologia, convívio familiar), pesquisas na busca dos jovens, trabalhando uma educação sempre com vínculo escolar.

A partir da constatação de que a pandemia influenciou o aumento do abandono/evasão escolar, foi questionado (pergunta 10) se foi realizado algum trabalho psicológico e/ou pedagógico com os alunos nas escolas a fim de minimizar o abandono e a evasão no período pós-pandemia. O gráfico da Figura 16 apresenta os resultados para essa questão.



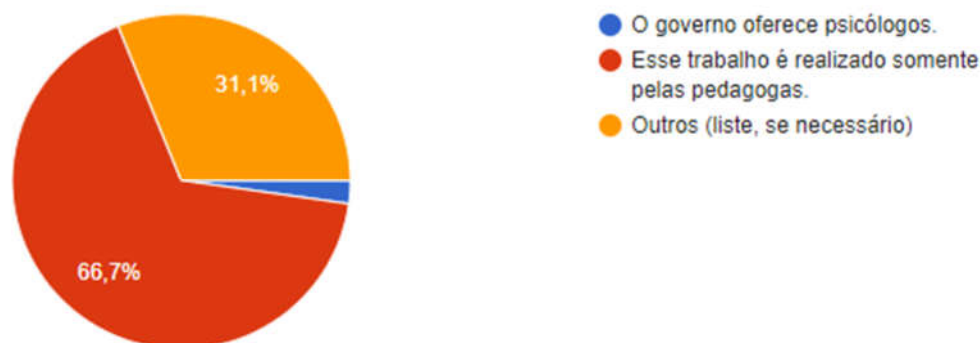
**Figura 16**

Ações para minimizar os impactos da pandemia no contexto escolar.

Fonte: dados da pesquisa 2023.

Sobre a realização de algum trabalho psicológico e/ou pedagógico com os alunos nas escolas a fim de minimizar o abandono e a evasão (26,8%) dos colaboradores destacaram nenhum trabalho específico tem sido feito com os alunos no período pós-pandemia. Quanto às outras duas opções, tratando-se de trabalho psicológico e pedagógico, juntos obteve-se 1,8% e apenas trabalho pedagógico 73,2%. Tal fator comprova que essa tarefa é mais destinada à Pedagogia.

Ao especificarem como esse trabalho vem sendo feito (questão 11), constatou-se que algumas ações têm sido feitas, conforme mostra a Figura 17.



**Figura 17**

Ações para minimizar os impactos da pandemia nas escolas.

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Para 66,7% dos participantes da pesquisa, o trabalho para tentar minimizar os impactos da pandemia é feito apenas pela escola, por meio das pedagogas. Índice muito baixo acha que o governo oferece algum apoio, enquanto os demais respondentes (31,1%) avaliam que outras ações específicas partem das escolas, com apoio pedagógico e psicológico. As ações desenvolvidas citadas pelos que

responderam o questionário incluem reforço escolar; projetos escolares como viagens e busca da curiosidade para cursos vocacionais voltados para o futuro; palestras com psicólogos, encaminhamento para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Atendimento Psicossocial (Caps); encaminhamento a atendimentos psicológicos na rede municipal; atividades lúdicas (cinema, teatro). Dois respondentes foram mais específicos quanto à descrição das atividades desenvolvidas, conforme se segue:

Há atendimento pedagógico por demanda e encaminhamento a atendimentos psicológicos na rede municipal, mas não é voltado para as novas questões geradas pela pandemia. Aparece como um "apaga incêndio".

Além do pedagógico, existe um trabalho com psicólogos oferecidos pelo governo, porém fora do ambiente escolar e não atende toda a demanda. Acredito muito em palestras motivacionais nas escolas, o governo poderia investigar mais porque irá atender uma demanda maior. A terapia de grupo também seria uma proposta interessante para acontecer semanalmente nas escolas com profissionais especializados.

Observa-se, assim, que as escolas, de uma forma ou de outra, têm se empenhado em minimizar os efeitos da pandemia na vida escolar dos alunos do ensino médio.

#### **4.3 Discussão dos resultados da pesquisa**

Nesta seção discutem-se os resultados apresentados nas seções anteriores deste capítulo, à luz dos objetivos específicos delineados na introdução desta dissertação.

O primeiro objetivo específico consistiu em mapear o índice de evasão de alunos do ensino médio nas principais escolas públicas da cidade de Itabira. Para cumprir esse objetivo, foi realizada pesquisa documental nas cinco escolas participantes da pesquisa, a fim de levantar o número de matrículas nos anos de 2020 a 2023. Os dados coletados revelaram que em todas as escolas as matrículas caíram na passagem do ano de 2020 para 2021, mantiveram-se estáveis ou em queda em 2022 e tendem à recuperação em 2023. Uma justificativa que talvez possa ser apresentada para a queda de 2020 para 2021 é a de que em 2020 e 2021 o mundo passava pela pandemia da Covid-19, que impactou todos os setores das sociedades, mas

especialmente a educação. Os dados da pesquisa, inclusive, mostraram que os índices de abandono e de evasão aumentaram durante o período da pandemia.

No Brasil, a paralisação das aulas presenciais a partir do mês de março de 2020 e a implantação do ensino remoto no restante desse ano e em todo o ano de 2021 impactaram profundamente o sistema escolar, impactos sentidos até o presente momento. Muitas ações têm sido empreendidas a fim de reverter esses impactos, mas ainda há muito por fazer.

O segundo objetivo específico, descrever as estratégias adotadas para a permanência do estudante nas escolas públicas de Itabira, orientou a construção de parte do questionário aplicado aos colaboradores das escolas selecionadas. Os dados mostraram que todos, desde os órgãos do governo, passando pelas direções, especialistas e professores, têm consciência da gravidade da recorrência do abandono e da evasão na vida dos alunos e sentem o peso e a dificuldade em lidar com esse problema.

Muitas ações têm sido empreendidas, mas não têm sido eficientes no combate ao problema da evasão. O Plano de Enfrentamento ao Abandono e Evasão Escolar implementado pelo Governo de Minas Gerais já estava ativo desde 2019, o que significa que não só a pandemia impactou nos números do abandono e da evasão, mas que esses são problemas estruturais que precisam ser conhecidos e enfrentados por todos. Institucionalmente, cada escola busca enfrentar o problema, promovendo ações sociais, culturais e pedagógicas a fim de manter os alunos nas escolas. Os professores, por sua vez, se desdobram, mas também se ressentem muitas vezes da falta de apoio, das más condições físicas das escolas, dos baixos salários e do abandono do estado e das famílias na luta para evitar a evasão. Faltam, por parte dos governos, ações mais concretas que, enfim, deem aos jovens uma visão promissora de futuro, como perspectivas de emprego após a conclusão do ensino médio, bolsas de incentivo, entre outras.

Quanto ao terceiro objetivo específico, avaliar os resultados do programa Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar nas Instituições Estaduais do governo do estado de Minas Gerais, 75% dos participantes alegam que suas escolas trabalham com esse programa. Constatou-se que o plano, por si só, não tem ajudado

muito na mitigação do problema, embora alguns resultados pontuais possam ser descritos. Os índices de abandono e evasão, segundo os participantes da pesquisa, diminuíram com a implantação do plano, mas, segundo os dados, apenas 25% declararam que têm boas expectativas em relação a essa iniciativa do governo; os demais se mostraram céticos quanto ao sucesso do plano.

Além das ações de busca ativa, o plano compõe-se de mais duas etapas: campanhas para o uso do diário digital para a identificação e diagnóstico do abandono e da evasão e ações que garantam o direito de aprendizagem dos alunos, tais como intervenções pedagógicas, campanha de fluxo escolar, programa de recomposição de aprendizagem e reforço escolar. Estas últimas ações talvez sejam as mais importantes para o sucesso do plano, mas também as mais difíceis de serem implementadas, já que requerem investimentos na infraestrutura das escolas e valorização dos professores e especialistas. Algumas ações já têm sido desenvolvidas, como o Programa Trilhas Educadoras, mas ainda há muito o que fazer.

## 5 Considerações Finais

O objetivo geral desta dissertação consistiu em analisar de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

O trabalho realizado contou com a opinião de colaboradores que estão na linha de frente nas escolas onde aconteceram abandono/evasão escolar. Estes prestaram o seu atendimento à pesquisa e demonstraram interesse em atingir o objetivo geral de analisar de que forma as escolas estaduais de ensino médio da rede pública da cidade de Itabira gerenciam a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

A pesquisa contou com a aceitação nas escolas, favorecendo a pesquisa dos dados documentais e alto número de respondentes do questionário, totalizando 56 pessoas, sendo direção escolar, especialistas, coordenadores e professores. Trata-se de profissionais com formação completa, pois todos têm cursos superiores completos (licenciamento, bacharelado), vários possuem pós-graduação e cinco cursaram o mestrado. Nesse grupo, a maioria possui cargos de professores (53,9%) e todos lecionam no ensino médio.

Os fatos que geram abandono/evasão escolar foram detectados na coleta de dados e a implantação do plano de enfrentamento, além de outras formas de combate, está sendo realizada nas escolas de Itabira.

Neste trabalho, a evasão escolar detectada por intermédio das pesquisas documentais exhibe a diminuição dos alunos no período de 2021 e 2022, sendo comparado ao ano de 2020. Dessa forma, as escolas estaduais em Itabira passaram a gerenciar a permanência dos estudantes no ensino médio escolar, cumprindo a participação no Plano de Enfrentamento ao Abandono e à Evasão Escolar elaborado pelo governo de Minas Gerais.

As escolas recorreram também à elaboração de outros programas (associados ao plano) e estão obtendo resultados positivos, mesmo em curto tempo de implantação,

mas trazendo grandes benefícios de acordo com a quantidade de matrículas, mostrando a busca dos alunos no nível médio.

De acordo com a pesquisa, percebem-se sempre as mudanças e intervenção do estado no processo de ensino. Desta forma, destaca-se a busca do ensino médio em tempo integral para implantação em todas as escolas públicas a partir de 2022, considerando o universo e a amostra com base no levantamento de dados documentais referentes às modalidades de ensino, série/turma e números de matrículas e somente a Escola Estadual Trajano Procópio de Alvarenga Silva Monteiro ainda não teve a implantação do ensino médio integral.

Pode-se destacar que as outras escolas estão se adaptando ao sistema e a Trajano Procópio também pode vencer essa etapa buscando o vínculo escolar.

De acordo com os colaboradores, muitos adolescentes estão fugindo do ensino médio integral em busca de trabalho para ajudar no sustento familiar, sendo um dos grandes desafios para o combate de evasão escolar. Assim, é necessária a realização de intervenção da própria instituição escolar, do sistema educacional de políticas públicas e da família.

As escolas que conduziram as pesquisas deixaram comprovado o poder de gestão das escolas públicas atuando na permanência dos ambientes escolares. Foi destacada sempre a necessidade do trabalho em conjunção: estado e escola; professores, alunos e família.

O plano de enfrentamento possui muitos desafios e os trabalhos estão sendo realizados pelas escolas, onde as etapas e ações estão claramente expostas pelo governo. A responsabilidade pelas ações é da direção escolar, sempre, e a realização pode ser com mutualidade.

O cumprimento das resoluções, a busca de identificação dos estudantes infrequentes, o registro da situação no controle de faltas, o contato com os responsáveis pelo estudante, avisando da ausência, a solicitação de apoio para o seu retorno, a garantia das providências tomadas pela escola, o encaminhamento de estudantes infrequentes



ao Conselho Tutelar em caso de não se obter êxito na intervenção escolar, tudo isso se refere a toda gestão escolar da busca ativa e vinculação escolar.

O estudo abordado deixa clara a possibilidade do pensamento positivo, destacando que a passagem da pandemia mostra a capacidade de superação nos desafios da educação diariamente, de traçar objetivos, dedicar-se à sua realização e implantar ações para enfrentar os problemas de abandono/evasão escolar. Os resultados devem ser sempre analisados, sendo positivos ou negativos, e as metodologias utilizadas no sistema educacional podem ser revisadas buscando-se estratégias de gestão na intervenção no problema abordado.

### **5.1 Contribuições gerenciais**

Esta pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de ações que visem favorecer a gestão da permanência nas escolas públicas estaduais, a partir do Plano de Enfrentamento ao Abandono e Evasão Escolar do estado. Como informaram os dados da pesquisa, as escolas têm aderido ao plano, mas ainda falta implementar efetivamente as ações propostas que, na sua essência, são muito promissoras. Investimentos na infraestrutura e na formação docente, contratação de especialistas e valorização do trabalho pedagógico podem render bons frutos na gestão da permanência nas escolas de ensino médio. A ideia de parcerias com empresas, estatais ou não, e a concessão de subsídios para que o estudante não precise deixar a escola para trabalhar são ações possíveis, desde que haja um bom planejamento com a participação de toda a sociedade.

### **5.2 Limitações da pesquisa**

As ações do plano são muitas, podem ocorrer erros, mas as escolas comprovaram a busca ativa e vinculação de acordo com o universo e amostra. O levantamento demonstrou facilidade nas escolas em partes documentais, mas quanto ao questionário houve mais trabalho de deslocamento, diálogo com garantia de privacidade, demonstração de legitimidade e contribuições para Itabira.

Pode-se destacar que a pandemia trouxe turbulência até o momento atual, estando os professores estaduais ansiosos, impacientes e contrários diante de muitas decisões governamentais no sistema educacional.

Desse modo, houve muito diálogo com a direção das escolas, principalmente para exposição do trabalho e eliminação do receio dos professores quanto à finalidade do questionário. O questionário é um modo de comunicação muito ágil, mas é também muito impessoal e, assim, destaca-se sempre a necessidade da comunicação para buscar opiniões confiáveis.

Na pesquisa podem-se destacar grande participação dos funcionários, mas ao mesmo tempo limitações, buscando destaque das sequelas da pandemia, fugindo da busca de entretenimento escolar com os alunos e equipe profissional inserida. A falta de destaque da motivação, busca de aprendizado, ou seja, mostrar o amadurecimento diante da COVID 19 e o poder do ensino médio para traçar um futuro promissor aos jovens.

### **5.3 Sugestões para pesquisas futuras**

Para pesquisas futuras, sugere-se um trabalho que aborde o tema na perspectiva do aluno do ensino médio, buscando mapear suas impressões sobre a escola e a sua intenção de continuar ou abandonar a escola. Essa visão permitirá aos órgãos públicos, direção das escolas e especialistas traçar estratégias mais eficazes no combate ao abandono e à evasão.

Outra vertente pode ser realizar pesquisa com os especialistas que trabalham na linha de frente, enfrentando esse problema nas escolas. Essa perspectiva também pode contribuir positivamente para o enfrentamento dessa questão que, afinal, causa forte impacto no desenvolvimento econômico e social do país.

## Referências

- Arroyo, M. G. (1993). Educação e exclusão da cidadania. In: E. Buffa. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão*. (4. ed.). São Paulo: Cortez.
- Barros, R. P. (2017). *Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens*. São Paulo, SP: Insper. Recuperado de: <<http://gesta.org.br/tema/engajamento-es-colar/#bibliografia>>.
- Base Nacional Comum Curricular (2023). Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Base Nacional Comum Curricular (2017). Recuperado de: [http://agbcampinas.com.br/site/http://agbcampinas.com.br/site/wpcontent/uploads/2017/08/BNCC\\_publicacao.pdf](http://agbcampinas.com.br/site/http://agbcampinas.com.br/site/wpcontent/uploads/2017/08/BNCC_publicacao.pdf).
- Borja, I. M. F. S.; Martins, A. M. O. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. *Revista Liberato*, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 1-104, jan./jun. 2014. <https://doi.org/10.31514/rliberato.2014v15n23.p93>
- Boto, Carlota. Projeto de homeschooling no Brasil coloca um muro entre a família e o mundo social – entrevista. *Jornal da USP*, São Paulo, 26 maio 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/projeto-de-homeschooling-no-brasil-coloca-um-muro-entre-a-familia-e-o-mundo-social/>.
- Branco, E., Adriano, G., Branco, A., & Iwasse, L. (2019). Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. *Revista Contemporânea de Educação*, 15(34), 133-155. Doi:<https://doi.org/10.20500/rce.v15i34.34781>.
- Brandão, Z., Baeta, A M. B., & Rocha, A. D. C. (maio-ago. 1983). O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 64(147), 38-69.
- Brasil. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm).
- Bresser Pereira, L. C. (2000). A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, 34(4), p. 7-26.
- Bryman, A. (1989). *Research methods and organization studies*. London: Routledge.

- Castro, C. de M. (2008). O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 16(58), 113–124. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000100008>.
- Chaves, L. Q. L. (ago. 2021). Um breve comparativo entre as LDBs. *Revista Educação Pública*, 21(29). Recuperado de: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldb>.
- Costa, M. de O., & Silva, L. A. (2019). Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240047. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240047>.
- Cury, C. R. J. (set. 2002). A educação básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, 23(80), 168-200. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000010>.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.) (2000). *Handbook of qualitative research*. (2. ed.), London: Sage.
- Constituição Federal do Brasil. (1988). DF: Senado Federal. Recuperado de: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.
- Dias, É., & Pinto, F. C. F. (2019). Educação e sociedade. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 27(104), 449–454. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701041>.
- Diniz, J. A., Dieng M., & Diniz, M. A. A. (2006). Percepção de gestores públicos brasileiros acerca da aplicabilidade do study 12 do IFAC na administração pública gerencial. *Anais do 30º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração*, Salvador, BA, Brasil.
- Duarte, A. W. B. (2019). *A nova gestão pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco: as políticas, os atores e seus discursos*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/1843/32681>.
- Ferreira, F. A. (2019). Fracasso e evasão escolar. *Brasil Escola: Canal do Educador*, Recuperado de: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacaoescolar/fracasso-evasao-escolar.htm>>.
- Ferreira, Naura Syria Carapeto. (Org.) *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- Ferretti, C. J.. (2018). A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, 32(93), 25–42. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>.
- Fornari, L. T. (jan-jun. 2010). Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. *REP: Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, 17(1), 112-24. <https://doi.org/10.5335/rep.2013.2027>.

- Franco, M. A. R. S. (2016). Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 97(247), 534–551. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef-Brasil). (2018). *Reprovação, distorção idade-série e abandono escolar*. Brasília, DF, Recuperado de: [https://www.unicef.org/brazil/media/6151/file/reprovacao\\_distorcao\\_idade-serie\\_abandono\\_escolar\\_2018.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/6151/file/reprovacao_distorcao_idade-serie_abandono_escolar_2018.pdf).
- Gatti, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>
- Gazeta do Cerrado. No Tocantins 88 mil jovens não estudam e nem trabalham, aponta IBGE. Palmas, TO, 2019. Disponível em: <https://gazedocerrado.com.br/notocantins-88-mil-jovens-nao-estudam-e-nem-trabalham-aponta-ibge/>.
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (3. ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, M. A. de O., Rodrigues, A. A., & Pita, C. A. (2022). Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932): consolidação de interesses. *Acta Scientiarum. Education*, 45(1), e57200. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v45i1.57200>.
- Gonçalves, S. R. V. (jan-jun. 2017). Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, 11(20), 131-145.
- Gramsci, A. (2000). Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. A. In: Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (v. 2).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Pesquisa por Amostra de Domicílios. Caratinga, MG: Editora Gráfica Alvorada. 2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Pesquisa por Amostra de Domicílios. Caratinga, MG: Editora Gráfica Alvorada. 2022.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar. Brasília, DF: Inep, 2021.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2008). *Censo escolar*. Brasília, DF: Inep. Recuperado de: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>.
- Krawczyk, N. R. (2009). *O ensino médio no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa.

- Krawczyk N. R. (set. 2011). Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cadernos de Pesquisa* [Internet], 41(144):752–69. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300006>.
- Kuenzer, A. Z. (jul-set. 2011). A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, 32(116), 667-88. Doi:10.1590/S0101-73302011000300004.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (dez. 1996). Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: *Diário Oficial da União*. Recuperado de: <<https://bit.ly/31bbS9Q>>.
- Lima, N. L., Dias, V. C., & Berni, J. T. (2019). Cultura escolar x cultura digital: mundos opostos? In: N. L. Lima, & V. C., Dias, & J. T. Berni (Orgs.). *A escola navega na web: que onda é essa?* Belo Horizonte: Crivos (p. 241-255).
- Lima, W. S. S., Souza, M. C. M., & Pinheiro, B. B. (2020). O ensino médio e seu papel na atualidade: a concepção dos alunos do CIEP Padre Salésio Schimid de Vassouras – RJ. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 9(4), 108-130. Recuperado de: [https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-na-atualidade\\_](https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-na-atualidade_)
- Lino, L. A. (2017). As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. *Retratos da Escola*, 11(20), 75–90. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.756>.
- Machado, M.a R. (2009). A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006). (131 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF.
- MALHOTRA, N. K. Pesquisa de Marketing. Uma orientação aplicada. Tradução de Lene Belon Ribeiro, Monica Stefani. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- Manacorda, M. A. (2007). *Aos educadores brasileiros*. Campinas. HISTEDBR, (DVD).
- Melo, L. C. B., & Leonardo, N. S. T. (2019). Sentido do ensino médio para estudantes de escolas públicas estaduais. *Psicologia, Educaional e Escolar*, 23, e177542, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-35392019017542>.
- Mesquita, S. S. de A., & Lelis, I. A. O. M. (2015). Cenários do ensino médio no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 23(89), 821–842. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000400002>.
- Ministro da Educação detalha mudanças no ensino médio. (2016). *Repórter NBR*, 22-09-2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R8zMJJ14Ou8>>.
- Nobre, M. R. (2021). A cultura digital e suas incidências no campo do saber (pp.61-76). In: N. L. Lima, M. Stengel, M. R. Nobre & V. C. Dias (Orgs.). *Saber e criação na cultura digital: diálogos interdisciplinares*. Belo Horizonte: Fino Traço.

- Nobre, M. R., Lima, N. L. de, Grillo, C. de F. C., Alzamora, G. C., Neves, M. de S., Andrade, L., & Tarcia, L. (2023). Que escola pós-pandemia? *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5338>.
- OECD (2021), Education Policy Outlook: Brasil — com foco em políticas Nacionais e Subnacionais, disponível em: <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-PT.pdf>.
- Oliveira, R. (2018). O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, 16(1), 79–98. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>.
- Palma Filho, J. C. (2005). A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: J. C. Palma Filho (Org.). *Pedagogia cidadã*. Cadernos de Formação. História da Educação. (3. ed., p. 61-74), São Paulo: UNESP- Santa Clara.
- Pelissari, L. (2012). *O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio*. (225 fls.). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Piletti, C.. (1991). *Didática geral*. (14. ed.), São Paulo: Ática.
- Pinto, J. M., Amaral, N. C., & Castro, J. A. (jul-set. 2011). O financiamento do ensino médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, 32(116), 639-65. Doi:10.1590/S0101-73302011000300003.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p. : il.
- Queiroz, C. M., Alves, L. A., Silva, R. R., Silva, K. N., & Modesto, R. V. (2009). Evolução do ensino médio no Brasil. *Anais do Simpósio Internacional "O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente"*, 5, UFU, Uberlândia (p. 1-15).
- Resolução nº 2, de 30 de janeiro (2012). Define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. *Diário Oficial da União*, 31 dez. 2012.
- Ribeiro, L. M. P., Pereira, J. R., & Benedicto, G. C. (2013). As reformas da administração pública brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas. *Anais do 37º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Ribeiro, M. L. S. (1986). *História da Educação brasileira: a organização escolar*. (6. ed.). São Paulo: Moraes.
- Ribeiro, M. (out. 2016). A Medida Provisória 746 e o ensino médio em migalhas. *Brasil de Fato*, Curitiba, (p. 01).
- Romanelli, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978





## **Apêndices**

### **Apêndice A – Cartas de autorização**

## Apêndice B - Questionário

### Bloco I – Identificação dos respondentes

1 Nome da escola: \_\_\_\_\_

2 Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

3 Tempo de permanência no cargo: \_\_\_\_\_

4 Formação: \_\_\_\_\_

### Bloco II - Questionário de pesquisa

1. A escola está trabalhando no programa enfrentamento ao abandono e à evasão escolar no ensino médio da SEE-MG?

Sim

Não

Minha escola participa ou promove programas de enfrentamento ao abandono e evasão.

Outros (listar): \_\_\_\_\_

2. Qual a sua expectativa em relação ao sucesso do programa da SEEMG ou de outros programas no controle do abandono e da evasão escolar?

Alta

Média

Baixa

Justifique sua resposta:

\_\_\_\_\_

3. Desde a implantação do Programa da SEEMG, ou de outros Programas, os índices de abandono/evasão na sua escola

Diminuíram.

Mantiveram-se os mesmos de antes da implantação do Programa.

4. Que ações sugeridas pelo Programa da SEEMG foram/estão sendo realizadas pela sua escola? (Permite-se marcar mais de uma opção).

Acolhimento dos estudantes

Identificação de estudantes infrequentes

Contato e mobilização por parte da escola

Acionamento da rede de busca ativa.

5. Na sua avaliação, que fatores internos favorecem a evasão escolar no ensino médio em sua instituição? (Permite-se marcar mais de uma opção)

Reprovação

Defasagem de conteúdos

Desorganização escolar

Falta de identidade do aluno com a escola;

Falta de estrutura escolar

Baixa qualidade de ensino

Falta de professores

Outros (listar): \_\_\_\_\_

6. Para você, de quem é a responsabilidade de intervenção para minimizar/evitar a evasão escolar em sua instituição?

Da própria instituição escolar

Do sistema educacional

De políticas públicas

Da família

Comunidade escolar

Todos estes

Outros (listar): \_\_\_\_\_

7. Você considera que há relação entre a implantação do ensino médio integral e evasão escolar?

Sim

Não

Justifique sua resposta. \_\_\_\_\_

**8. Para você, que ações sua escola poderia propor para combater a evasão escolar?**

- Acompanhamento psicológico     Implantação de atividade de lazer  
 Investimento em estrutura     Mais funcionários especialistas para acompanhamento  
 Todos estes

Outros: \_\_\_\_\_

**9. De acordo com os dados a que você tem acesso, a pandemia influenciou o aumento da evasão em sua escola?**

Sim. Além da evasão escolar ser uma normalidade do cenário educacional, a pandemia trouxe aumento.

Não. A pandemia não influenciou os índices de evasão na minha escola.

Se você assinalou SIM, saberia dizer qual o percentual de evasão na sua escola ao longo da pandemia?

\_\_\_\_\_

**10. No período pós-pandemia, tem sido realizado algum trabalho psicológico com os alunos em sua escola, a fim de minimizar o abandono e a evasão??**

Sim, trabalho psicológico

Sim, trabalho pedagógico

Nenhum trabalho específico tem sido feito com os alunos no período pós-pandemia

**11. Se a sua resposta for SIM, esse trabalho é realizado como?**

O governo oferece psicólogos.

Esse trabalho é realizado somente pelas pedagogas.

Outros (liste, se necessário) \_\_\_\_\_

Fonte: Questionário elaborado pelo autor, 2023.

**Apêndice C – Roteiro de análise documental**

- 1 – Observar o número de alunos no ensino médio antes da pandemia.
- 2 – Observar o número de alunos no ensino médio depois da pandemia.
- 3 – Calcular o índice de abandono e evasão antes da pandemia.
- 4 – Calcular o índice de abandono e evasão depois da pandemia.
- 5 – Calcular a diferença nos índices observados em 3 e 4.
- 6 – Calcular os índices de abandono e evasão após a implantação dos Programas de enfrentamento implantados pelas escolas.